

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Cláudio Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agilides de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REBAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 215.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 6 de Novembro de 1973 — (3.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Lossó — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Quielso Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Gabriel Manoel — Ivo Rocha — Paulo Camargo — Paulo Poli — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º — SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 227-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 217-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que dá nova redação ao item 11, do parágrafo único, do artigo 56, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, Lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias. I.C.M. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em regime de urgência. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 7, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 235-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 216.ª Sessão Ordinária Realizada em 6 de Novembro de 1973 — (3.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Antônio Belinati.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacii — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Lossó — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Quielso Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão. (39); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Gabriel Manoel — Ivo Rocha — Paulo Camargo — Paulo Poli — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM N.º 100-73

Curitiba, 26 de outubro de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Sra. Aracy de Lara Machado, viúva do ex-funcionário público estadual Luiz Teixeira Machado.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis tem sua procedência justificada no fato de que, como imperativo indiscutivelmente justo e humano, ensinará melhores condições de vida a Dona Aracy de Lara Machado, que, embora sendo viúva de ex-funcionário público, nenhuma pensão percebe dos cofres estaduais ou de qualquer outra fonte.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Aracy de Lara Machado, viúva de Luiz Teixeira Machado, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Circular sob o n.º 029-73, do Senhor Edner Segnest, Presidente do Centro Acadêmico Carlota Meneghel, da cidade de Bandeirantes, comunicando a eleição e posse da nova Diretoria daquele Centro. — **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Coordenador e Organizador do 1.º SAPCAT, (1.º Salão de Artes Plásticas do Conjunto de Amadores de Teatro), da cidade de Londrina, convidando esta Casa para uma visita ao citado Salão, no período de 15 a 24 de novembro do ano em curso. **Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.**

TELEGRAMA:

Do Senhor Deputado Ulysses Guimarães nos seguintes termos:

Roo Vossencia signifique seus dignos pares muito me honrou a inserção meu pronunciamento quanto da indicação como candidato a Presidência da República nos Anais da Egregia Assembléia Legislativa do Paraná pt encareço a Vossencia que particularize meu reconhecimento ao autor e prestigioso deputado José Muggiati Filho vg autor da proposição pt. — **Ao conhecimento da Casa.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 251-73.

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 249-73, 244-73 e 233-73.

— de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 212-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa,

REQUER:

seja concedido Regime de Urgência, nos termos do Artigo 105, § Único, e Artigo 106, letra "a", do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, para tramitação do Projeto de Lei n.º 218-73.

Sala das Sessões, 06 de Novembro de 1973.

(a) João C. Fadel — Deputado

JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n.º 218-73, de autoria do Nobre Deputado Odilon Reinhardt, foi apresentado à consideração do ilustrado Plenário desta Casa, em data de 21 de setembro do ano em curso, havendo, em R. Parecer de fls., em data de 30 de outubro próximo findo, a douta Comissão, de Constituição e Justiça se pronunciado pela legalidade e juridicidade do mesmo.

Tratando a proposição de promover um tratamento mais equânime para com uma servidora que, no exercício de suas funções, viu-se acometida do Mal de Hansen, irreversível no estágio em que foi detectado, é da maior urgência a tramitação do Projeto de Lei em testilha, pois, que sua beneficiária foi aposentada pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, com irrisório rendimento mensal e, não podendo exercer nenhuma outra ocupação, vem passando privações, de toda ordem, somadas àquelas de ordem psíquica que abalam a higidez mental das vítimas daquele mal.

Daí porque, estamos requerendo o presente Regime de Urgência para o Projeto de Lei testilhado, que esperamos ver aprovado pelo ilustrado Plenário.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma estabelecida pela letra "c", art. 106, do Regimento Interno, requer seja incluído na Pauta o Projeto de Lei n.º 51-73, tendo em vista já haver decorrido prazo excessivo sem que as Comissões competentes, na sua totalidade, se tivessem devidamente pronunciado.

Sala das Sessões, em 05 de Novembro de 1973.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, **REQUER** a inserção na Ata dos nossos trabalhos de um voto de profundo pesar pelo trágico desaparecimento de Carlos Fernando de Alcântara Taborda Sabas e Gaston René Sibut, ocorrido domingo último, filhos de tradicionais famílias paranaenses, e que encheu de tristeza a todos nós.

Requer, ainda, que da aprovação deste se dê conhecimento às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1973.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Aparício Henriques, ocorrido hoje em acidente automobilístico, como homenagem póstuma desta Casa a um líder político da Região de Pato Branco.

Requerem ainda, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(aa) Antônio Costa — Iris Caldart — Arizone Araújo — Ivo Thomazoni e Sebastião Rodrigues Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de louvor ao jornal "A Tribuna do Povo", de Umuarama, pela cobertura dada às solenidades que marcaram a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Walter Peracchi Barcellos.

Solicita-se também, que da decisão da Casa se dê ciência ao seu Diretor, Senhor Saide Silva Netto.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

"A Tribuna do Povo", de Umuarama, deu uma excelente e total cobertura às solenidades que se realizaram nesta Casa quando da entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Coronel Walter Peracchi Barcellos.

Sendo um órgão de imprensa dos mais aceitos em nosso interior, tal atitude além de prestigiar o Poder Legislativo, permitiu a ampla divulgação da homenagem que foi prestada pelo Paraná à pessoa do Diretor da Carteira de Crédito Geral e Rural da 6a. Região do Banco do Brasil, de significativa importância para o nosso Estado.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Colégio Estadual "Túlio de França", situado na sede do Município de União da Vitória, pela apresentação dos XIV Jogos da Primavera, competição escolar que há vários anos, vem aquele estabelecimento de ensino promovendo.

Requer, outrossim, seja enviada cópia do teor deste Requerimento à direção do citado colégio.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pela passagem de 176.º aniversário de criação e instalação do Município de Antonina, que transcorre nesta data.

Requer, outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão da Casa aos Exmos. Srs. Joubert Gonzaga Vieira, Prefeito Municipal e Salvador dos Santos Picanço, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, propõe à Casa, ouvido o Plenário, a aprovação de um voto de aplauso à Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR — e à Associação das Câmaras Municipais do Paraná — ACAMPAR, por suas corajosas manifestações contrárias ao chamado "Sistema de Comandos Políticos", vigente no Estado, por constituir-se em uma forma superada de interferência política na vida administrativa do Estado.

JUSTIFICATIVA:

A justificativa encontra-se na moção do Senhor Prefeito de Nova Londrina, Sady Paviani, aprovada por unanimidade pela AMUNPAR, em reunião realizada em 23 de agosto passado, anexa, por cópia ao presente e que será lida na Tribuna.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) Sebastião Rodrigues Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviada sugestão ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que aquela autoridade promova os estudos de viabilidade de asfaltamento da Rodovia PR-2 que liga a Capital do Estado ao Município de Pirai do Sul.

Atualmente, Sr. Presidente, existe apenas um caminho para quem se desloca na direção Leste de nosso Estado ou para São Paulo, via Sengés-Itararé, ou seja, através de Ponta Grossa, pela BR-277, Rodovia de sobejo, super-congestionada e totalmente saturada, por ser, também, a única via de ligação com o Norte do Estado.

Com o capeamento da Rodovia PR-2, muito seria beneficiado o escoamento de nossa produção, pois, além de esvaziar, em muito, o tráfego da BR-277, o percurso para São Paulo, via Sengés, seria bem menor, encurtando, aproximadamente, uma hora e meia o tempo de viagem dos veículos, o que baratearia o frete de transporte.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, que sejam abonadas as faltas dos mesmos da Sessão Plenária da data de ontem, em virtude dos Deputados irra-assinados acharem-se em seus Gabinetes atendendo as partes que os procuravam.

Justifica-se, Senhor Presidente, que tal solicitação prende-se ao fato que não foram soados os timpanos no momento da chamada nominal dos Senhores Deputados, norma usada pela Casa em tais ocasiões.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(aa) Erondy Silvério, Fuad Nadi, Odilon Reinhardt, Leopoldo Jacomel, Aginaldo Pereira Lima, Quíelsé Crisóstomo, Francisco Escorsin, Antônio Costa, Arizone Araújo e Santos Lima

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa,

R E Q U E R :

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Engenheiro Euro Brandão, reiterando solicitação anterior para que determine a realização de estudos visando a urgente construção de uma Ponte sobre o Rio da Várzea, na estrada que liga os Municípios de Antônio Olinto e Rio Negro, neste Estado.

2.º — seja, desta decisão encaminhada cópia de inteiro teor ao Excelentíssimo Senhor Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) João C. Fadel

JUSTIFICATIVA:

Há algum tempo o ilustrado Plenário desta Casa aprovou Requerimento de nossa autoria solicitando remessa de expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo-lhe determinasse realização de estudos visando a construção de uma ponte sobre o rio da Várzea, na estrada que liga os Municípios de Antônio Olinto e Rio Negro, neste Estado.

Não obstante a situação afiliva em que se encontram, os moradores da região dedicam-se às atividades de produção e em que pese haveremos insistido que a realização da obra teria também significado de elevação na arrecadação tributária do Estado, pois que, justamente ali onde existia a antiga ponte destruída por enchente, localiza-se um Posto Fiscal da Secretaria da Fazenda, ainda assim não tivemos notícia de providências para sua concretização, o que leva a crer que o Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, asoberbado pelo volume de trabalho de sua, realmente dinâmica Pasta, não teve como tomar conhecimento daquele expediente. Assim, às vésperas da realização do Encontro dos Municípios daquela Região, conforme determinação do Excelentíssimo Senhor Governador Emílio Hoffmann Gomes, renovamos a mesma, na certeza de que receberá acolhida favorável por parte dos órgãos técnicos da Secretaria de Transportes e que o problema encontrará, enfim, equacionamento que atenda aos interesses da administração pública e às justas reivindicações daquele importante segmento da população paranaense.

Os Nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade e justiça deste Requerimento e dar-lhe-ão ao seu honroso e indispensável apoio.

PROJETOS DE LEI:**Projeto de Lei n.º 262-73**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Educadora Rainha das Missões, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Educadora Rainha das Missões, de Londrina, é de fato uma entidade de utilidade pública pelos relevantes serviços que presta, e preenche os requisitos da Lei para ser declarada de utilidade pública.

Projeto de Lei n.º 263-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Clube da Soda "Hélio Brandão", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973

(a) Arthur de Souza

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública pelo presente Projeto de Lei, é uma instituição filantrópica que visa atender, gratuitamente, crianças pobres e necessitadas portadoras de estenose cicatricial do esôfago, além do atendimento médico, internamento e toda a assistência física, social e educacional durante o período de tratamento.

A referida entidade não tem credo político, religioso ou racial, está inscrita, como determina a Lei pertinente à matéria, no Cartório das Pessoas Jurídicas competente, seus cargos, de Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração, servindo à coletividade de maneira desinteressada.

Pelos altos objetivos a que se destina, esperamos o necessário apoioamento dos Nobres Pares para posterior aprovação da medida.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Nobres Srs. Deputados.

"O PARANÁ HOJE — PERSPECTIVAS PARA O FUTURO"

Tendo por base este tema, realiza-se atualmente em Curitiba, por iniciativa do Governo do Estado do Paraná, através do seu Centro de Promoções Econômicas e do seu Banco de Desenvolvimento — o nosso BADEP — um significativo Seminário Empresarial; significativo, porque o Paraná se prepara, atualmente, para sediar um polo agro-industrial no Sul do País e, nada mais produtivo que o encontro de empresários para serem traçados os rumos a seguir no caminho de uma industrialização racional voltado para as reais potencialidades do nosso Estado.

Mas se já estávamos satisfeitos com a realização deste Seminário, mais satisfeitos ainda ficamos, ao tomarmos conhecimento do anúncio feito pelo Governador Emílio Gomes ao presidir a solenidade de abertura deste conclave, demonstrando sua enorme responsabilidade para com os problemas do desenvolvimento do Estado paranaense, o que, aliás, tem sido sua característica mais marcante desde que assumiu a Chefia do Poder Executivo.

O Sr. Emílio Gomes não se limitou a meras palavras de estímulo, de saudação, aos participantes deste conclave; pelo contrário, Emílio Gomes abriu o Seminário anunciando três medidas concretas do Paraná de hoje, abrindo saudáveis perspectivas para o nosso parque industrial. Num momento em que vários Municípios já tem, ou estão plantando seus distritos industriais, o Governo do Estado lança o programa de apoio às cidades industriais, como forma de disciplinar e fortalecer a disseminação da atividade industrial no Interior, por meio deste programa que cria condições para a implantação, ou para a consolidação de cidades industriais nos polos regionais de crescimento, evitando ao mesmo tempo distorções no oferecimento de incentivos à localização de novas indústrias. Mas como as cidades industriais não crescem sem indústrias o Governador Emílio Gomes foi mais longe em sua medida de apoio à iniciativa privada, criando um fundo especial de financiamento de projeto à atividade econômica, oferecendo aos empresários a juros favoráveis, recursos e realização de estudos de projetos industriais e de aproveitamento de recursos naturais. Especialmente a primeira medida, considero importante. O programa de participação societária atra-

vés da qual se proporcionará às empresas a possibilidade de reverter uma parcela do ICM, sob a forma de participação acionária ou de debêntures conversíveis em ações. Assegurando posteriormente a preferência da recompra aos empresários originais, restabelecendo desta forma o caráter privado das empresas e configurando o papel desempenhado pelo Estado, de catalizador das iniciativas empresariais.

Foi feliz o Governador Emílio Gomes, ao anunciar estas medidas e desta Tribuna quero levar a ele e a sua equipe de Governo, os mais sinceros cumprimentos pela importância dos programas de apoio que vem dando à iniciativa privada ora enunciada. Porque se o Paraná ainda pode ser considerado um Estado eminentemente agrícola, não é menos verdade que no seu futuro não pode ser desvinculado da realidade industrial, mas uma realidade como já dissemos, voltada para as potencialidades paranaenses na forma de uma agro-indústria, capaz de transformar nossa matéria prima, gerando novos empregos nas sociedades e garantindo a permanência no campo do agricultor. Com isso, está assegurado o desenvolvimento paranaense, e o Governo do Estado está atento a esta realidade como bem demonstram as recentes medidas anunciadas pelo Governador Emílio Gomes, apoiando decisivamente o crescimento industrial do Paraná. Era Sr. Presidente, Srs. Deputados o que me cabia dizer neste Pequeno Expediente. — (Sem revisão do orador).

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — (Pela ordem). — Gostaria, Sr. Presidente, de perguntar a V. Exa., tendo em vista a presença de S. Exa. o Sr. Presidente da República no Estado do Paraná, e o fato de que será entregue a S. Exa. a Título de Cidadão Honorário, aprovado por esta Assembléia, se a entrega do título será feita no Palácio. Gostaria que V. Exa. informasse à Casa porque razão não será feita a entrega como se faz normalmente, no Plenário desta Assembléia, porque entendo eu, a concessão foi feita por este Poder Legislativo, e aqui deveria S. Exa. comparecer para receber a honraria que lhe foi conferida.

Desta forma, indago à Mesa se existe alguma decisão no sentido de que o Título de Cidadania Honorária outorgada ao Sr. Presidente da República seja entregue no Palácio Iguaçu. — (Sem revisão do orador).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). — Sr. Presidente, não estou autorizado em antecipar a prorrogação da visita de S. Exa. o Sr. Presidente da República no Estado do Paraná.

Sabemos que ela deverá prolongar-se durante 3 dias, o que será para o Estado do Paraná significativo, porquanto pretende S. Exa. visitar além da Capital dos paranaenses, também a Região Litorânea, mais especialmente Paranaguá, para inaugurar algumas obras; e a Região Norte do Paraná, que tem como polo catalizador e centralizador das nossas potencialidades econômicas daquela Região, a cidade de Londrina.

Todavia, Sr. Presidente, por não ser um precedente que se abra no Paraná, S. Exa., não ele pessoalmente, mas o cerimonial do Palácio da Alvorada, pretende que S. Exa. recebesse essa honraria da forma como a recebeu recentemente no vizinho Estado de Santa Catarina, numa solenidade simples, realizada no Palácio do Governo. Não sei se é esta a forma correta. Todavia tenho conhecimento de que foi esta a manifestação do Palácio do Governo da República.

Queria tão somente antecipar esta informação para que V. Exa. tivesse condições de responder com o devido acatamento a questão de ordem levantada por S. Exa. o Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em resposta ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, na sua habilidosa questão de ordem, cumpre-me informar que a Presidência desta Sessão não tem conhecimento exato da posição que a Mesa Executiva tomou com relação à entrega do Título de Cidadania Honorária do Paraná ao Presidente da República.

Quero informar a V. Exa. que a Comissão Executiva agirá de acordo com o Governo do Estado e o cerimonial da Presidência da República, porquanto na sua viagem pelo Paraná, que traz júbilo e alegria a todos os paranaenses, nós devemos colaborar com S. Exa. o Sr. Presidente da República, pelo curto espaço de tempo que tem nesta visita.

É esta, Sr. Deputado, a nossa informação.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — (Pela ordem). Sr. Presidente, gostaria de, concluindo a minha questão de ordem, solicitar de V. Exa., mesmo dirigir apelo à Mesa desta Casa, para que a entrega do Título de Cidadania Honorária a S. Exa. o Sr. Presidente da República seja feito aqui nesta Casa seja feito no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como tem sido norma a entrega de títulos a tantas figuras exponenciais da vida pública de nosso Estado e também da Nação Brasileira.

Portanto, me parece que pela resposta de V. Exa. ainda não existe uma definição acerca da questão de ordem formulada a V. Exa.. Desta forma, aguardo a definição, aguardo o pronunciamento definitivo da Mesa a fim de que eu possa, levar ao conhecimento da Mesa, da Casa e do Povo do Paraná, a minha atitude como representante do Poder Legislativo Paranaense, como integrante desta Casa, acerca do assunto. Entendo que será um desprestígio para a Assembléia Legislativa a entrega do Título de Cidadão Honorário, a S. Exa. o Sr. Presidente da República, no Palácio Iguaçu. Há que se distinguir entre os três Poderes; a concessão deste Título foi, em última instância, uma decisão deste Poder e S. Exa. deveria comparecer ao Poder Legislativo para receber a honraria que lhe foi concedida. Aguardo portanto a definição, a última palavra da Mesa, quando estiver decidida a matéria e me reserva então para me pronunciar também definitivamente sobre o assunto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa dará a Exa., Sr. Deputado, a definição exata e rigorosa, muito embora esta Presidência não concorde com as expressões de S. Exa. na entrega deste Título no Palácio Iguaçu, quero dizer que defenderei até a última gota de meu sangue o direito de V. Exa. se rebelar com a decisão da Mesa.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Cumprimento a V. Exa. por repetir Voltaire, uma figura das mais célebres em termos de ironia na história universal.

Obrigado a V. Exa..

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Banco Nacional da Habitação dá, através de uma propaganda que está distribuindo a todo o País, uma lição ao povo brasileiro, uma publicidade

que não deixa de ser irônica, quando traz um demonstrativo para se viver bem neste País, dando como exemplo um trabalhador que percebe uma renda mensal de 740 cruzeiros, um salário modesto, razoável ou quem até das necessidades atuais do povo brasileiro.

Para esta propaganda, sr. Presidente, diz aqui o Governo que, ganhando 740 cruzeiros por mês, terá o povo brasileiro a oportunidade de economizar 80,30 cruzeiros por mês para aplicar na Caderneta de Poupança do BNH.

Vejam o ridículo, porque para nós é um demonstrativo ridículo, absurdo que o Governo está distribuindo a todo o Brasil.

Percebendo o trabalhador 740 cruzeiros por mês, dá o Governo uma despesa para a manutenção de um lar, na ordem de 659,70.

O Governo diz que para se pagar um aluguel, a prestação da casa própria e o condomínio, bastam 180 cruzeiros por mês.

Para a alimentação, em mercados, açougue, padaria e outros gastos, o trabalhador irá gastar, para si e sua família, 270 cruzeiros por mês.

Para transporte, passagem, aluguel de garagem, estacionamento, gasolina, lubrificação do carro e outros gastos precisa de 38 cruzeiros por mês.

Para estudos do filho, em matrícula, mensalidades, compra de livros, cadernos e outros gastos escolares, seis cruzeiros por mês. Precisamos descobrir onde está esta escola onde se gasta tão pouco.

Em roupas, sapatos, meias e outros vestuários, o trabalhador gastará para toda a família 13,50 por mês.

Imposto de Renda, INPS, seguros, Imposto predial, taxa rodoviária e outros gastará com sua família, 59,20.

Para pagar o médico, dentista, farmácia, tinturaria, oficina mecânica, lanterneiro, luz, gás, telefone, água é outro absurdo aqui mais cômico que qualquer outra coisa, pois a despesa é só de 43 cruzeiros.

Isto na conta do técnico do BNH, pois só em água o trabalhador vai gastar muito mais.

Para o clube, cinema, teatro, estádio de futebol e outros divertimentos, gastará com toda a família apenas 18 cruzeiros. Agora, o próprio Governo nos dá uma amostra do absurdo que comete quando diz que o trabalhador pagará, por mês, a cozinheira, a lavadeira de sua casa, 15 cruzeiros por mês. Nós gostaríamos que os técnicos do BNH nos informassem onde encontram empregados ganhando isso!

Agora vejamos, srs. Deputados, para pagar a prestação do carro e dos eletrodomésticos, o Governo diz que o trabalhador dispenderá apenas 15 cruzeiros por mês. Quando nós sabemos que apenas para pagar a busina do automóvel, em 24 prestações, despenderíamos essa importância. Isto até parece um programa humorístico!

Então, com essas despesas todas, diz o Governo, o trabalhador gastará, para manutenção de sua família, apenas 659, cruzeiros e 70 centavos, por mês, e ainda tira, para aplicação em Caderneta de Poupança 80 cruzeiros e 30 centavos! E o Governo ainda chama a atenção das donas de casa porque estão gastando muito dinheiro com despesas desnecessárias, porque com apenas 820 cruzeiros o trabalhador poderia manter sua família, portanto, está desperdiçando 120 cruzeiros por mês, quantia essa que poderia economizar, perfazendo um total de um mil e 440 cruzeiros por ano!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este demonstrativo não é nosso, só pode ser coisa de algum delírio do Banco Nacional de Habitação. E essa propaganda não poderia estar circulando por aí, porque o BNH é um Banco muito conceituado.

Aqui fica o nosso protesto por essa brincadeira de mau gosto e que vem atentar até mesmo contra a dignidade dos milhões de trabalhadores brasileiros.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Desejo, hoje, tratar e repisar um velho assunto, que já trouxe a esta Tribuna, nesta e em outras legislaturas, vários Deputados. Inclui-se eu mesmo já tive oportunidade de aqui comparecer para discutir a matéria, que, com mais frequência do que nesta Tribuna, figura nos corredores desta Assembléia, nas ante-salas dos Gabinetes dos srs. Deputados, nas Secretarias de Estado principalmente na Secretaria do Interior e Justiça, e também nas ante-salas e no próprio Gabinete do Sr. Governador do Estado Refiro-me ao sistema de "comandos políticos", assunto velho que volto a repisar. Era o assunto meio tabu, meio mistério. Todos se dedicavam a negar a sua existência mas hoje ela é do conhecimento de todos. A imprensa já se referiu ao mesmo no seu título devido de "comandos políticos". O próprio líder do Governo, desta Tribuna, reconheceu, com o nome apropriado, a existência do sistema. Já possui o sistema até sua teoria e seus teóricos, pois o próprio líder do Governo citou um deles, o nobre Deputado Paulo Poli, traduzindo uma de suas expressões "não se contesta o óbvio". Desta forma conta já o sistema de "comandos políticos" com os seus tratadistas e os seus teóricos. Também, pelo tempo que se encontra em vigência, justo seria que historiadores e, igualmente, teóricos tivessem razões de se interessar pelo assunto.

Mas, o que é o "comando político"? De forma simples, o sistema de "comandos políticos", é um sistema que, primitivamente, dava ao Deputado Estadual mais votado em determinado Município o direito de indicar os ocupantes dos seguintes cargos, entre outros, Delegado de Polícia, Inspetores de Ensino, Diretores de Colégios do Estado, Médicos de Postos de Saúde.

O critério primitivo, repito, de indicação dos ocupantes desses cargos pelo Deputado Estadual mais votado de determinado Município hoje, devido, talvez, a sub-legenda tornou-se mais complexo, tendo o Sr. Secretário do Interior e Justiça inventado, inclusive, uma fórmula matemática de contagem de pontos, que foi publicada pela imprensa, numa tentativa de conciliar os interesses em choque.

A fórmula de S. Exa. o Sr. Secretário do Interior e Justiça foi publicada pela imprensa e me permito ler alguns tópicos para conhecimento da Casa, que já a conhece até de sobra, mas, sobretudo, para que seja levada ao conhecimento do povo paranaense. O sistema instituído pelo Secretário do Interior e Justiça é o seguinte: varia de acordo com o Prefeito eleito, seja de uma das facções da Arena ou de outra. Um ponto seria dado ao Deputado mais votado, outro ponto para o Prefeito eleito, e assim por diante. Uma verdadeira ginástica em termos de aritmética, evidenciando a imaginação do sr. Secretário do Interior e Justiça e mostrando a sua vocação política, que traz do berço, através de seu honrado nome, quase um triunvirato Romano à exceção de Pompeu...

Mas, parece que a fórmula adotada pelo Secretário do Interior e Justiça terá vida curta, porque outros elementos passaram a inegerar o complexo sistema. Os srs. Deputados Federais, também, desejam "comandos políticos" tanto assim que houve hoje, nesta Casa, uma reunião dos srs. Deputados Estaduais com o Representante da Bancada Federal, que reivindica, para os detentores de mandatos de Deputados Federais, também uma participação neste condomínio em que se constitui o sistema de "comandos políticos".

Caminhando do jeito que vai, daqui a algum tempo apenas o Sr. Governador do Estado não terá o direito de indicar mais ninguém para prover os cargos da administração, no Interior do Estado...

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, quais as justificativas do sistema? — Várias têm sido expostas nesta longa doutrina que já se criou em torno dos "comandos políticos", nesta Tribuna, e acima de tudo, confidencialmente, nos gabinetes desta Casa.

Valho-me de uma palavra autorizada para citar as justificativas dos sistemas — uma palavra que traduz, para mim, o próprio conceito de Governo: cerca do sistema de "comandos políticos", que é a palavra do seu indiscutível Líder nesta Casa, o nobre Deputado Ivo Thomazoni.

Sua Excelência, em pronunciamento desta Tribuna, de 28 de agosto de 1973, assim se referia, citando, repito mais uma vez, quando apartava Sua Excelência que reconhecia a existência daquilo que até então era negado, qual seja, o sistema de "comandos políticos" no Estado.

Sua Excelência citava uma espécie de doutrinador do sistema, o nobre Deputado Paulo Poli e assim se manifestava:

— "Não se contesta o óbvio".

E prosseguia Sua Excelência:

— "Pretender que o Sr. Governador do Estado vá ao Interior para conhecer todos os Municípios, todos os habitantes de uma comuna para saber quem tem condições para exercer com dignidade e altivez o cargo de Delegado de Polícia, Sub-Delegado, Juiz de Paz, é pretender que o Governador seja um homem presente".

Acredito que as notas não traduziram a expressão.

Onipresente.

É pretender que o Governador seja um homem onipresente.

Ou o Governador do Estado confia em seus companheiros de Partido nos representantes do povo, para ouvir deles e receber deles a indicação dos mais capazes para cargos de administração, ou então o Governador corre o risco de ter que ouvir os homens da Oposição para indicarem os responsáveis para cargos políticos nas comunas interioranas.

Apenas estranho a dificuldade do sr. Governador do Estado e dos srs. Secretários responsáveis pelas várias Pastas que compõem a administração estadual, em proceder a escolha desses elementos e necessitarem do auxílio dos srs. Deputados, imagino que muito mais difícil seria o Sr. Presidente da República, lá em Brasília, prover os cargos da administração federal, no Interior. No entanto, Sua Excelência que vive lá em Brasília, mais longe, distante, não se vale de um sistema de "comandos políticos" através dos srs. Deputados Federais, para o provimento desses cargos.

Então, dentro do raciocínio do nobre Líder do Governo, este sistema deveria ser implantado também na área federal e Sua Excelência, o sr. Presidente da República, muito mais distante das regiões interioranas dos diversos Estados da Federação, deveria recorrer aos bons ofícios dos srs. Deputados Federais e talvez até mesmo dos srs. Senadores, para o provimento desses cargos; entretanto não tenho conhecimento da existência de qualquer critério como este dos "comandos políticos" no Estado do Paraná, na área federal!

Sua Excelência deve ter um processo que independe da consulta aos Deputados Federais ou aos Senadores.

Sr. Deputado, sem pretender polemizar, porque o assunto leva à polémica. Todavia, sr. Deputado, continua válido para mim o que afirmei e V. Exa. reprisou da Tribuna.

Por outro lado, por favor, poupe o Sr. Governador do Estado de qualquer pretensa culpabilidade em pretender manter uma instituição que já vem de longos anos, sendo adotada nas lides administrativas e políticas deste Estado. Lembro, que quando o MDB mandava na Região que eu represento, o Sudoeste, quem indicava o Delegado de Polícia era o homem do PTB, o competente, o dinâmico Deputado hoje federal, Antonio Anibelli. Quando o PSD mandava no Estado, quem indicava os homens para cargos de administração estadual, era S. Exa. o Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, representante ilustre, legítimo do então extinto PSD. Mais tarde, isto ocorreu com os homens do PDC, da UDN etc. E se hoje estivesse no Governo o MDB eu tenho certeza absoluta, de que outra coisa não se faria a não ser deferir-se aos Deputados operosos, eminentes, capazes, da oposição, a incumbência de também sugerirem ao Governador nomes para eles mais dignos, mais ilustres para ocuparem também cargos de responsabilidades da administração estadual das diversas e diferentes comunas. Não se culpe o Governador do Estado, eu dizia, porque são justamente os srs. Deputados da ARENA, nós os Deputados que pretendemos que exista um critério, uma norma de ação governamental para disciplinar o tratamento dos homens que fazem política no interior, e que arcam com o ônus de ser Governo. É muito mais fácil ser oposição, porque oposição nesta Casa, onde críticas tem sido uma constante onde indicar caminhos e rumos sem se considerar a capacidade financeira do Estado para a solução dos problemas, para nós é mais difícil. A nossa participação qual é se não, dotar de homens capazes, dignos, honestos, para conduzirem as representações públicas estaduais nos Municípios, para com isso, projetar o Governo, porque ele projetado no bom sentido, fortalece o nosso Partido e fortalecendo-os nos coloca em condição de uma somatória nas eleições proporcionais que se avizinham. Não se culpe o Governador por pretender tratar de maneira indistinta os Deputados da Bancada da ARENA, ele é que pretende um critério, nós estamos discutindo nesta Casa, na Secretaria do Interior e Justiça, juntamente com o nosso Presidente do Partido, e também, com o Presidente desta Casa, uma norma que deva ser seguida para que haja respeito mútuo, para que haja reciprocidade no atendimento. Que se atenda o Deputado Ivo Thomazoni em Pato Branco, que atenda o Deputado Arizone Araujo em Francisco Beltrão, que atenda o Deputado Cândido Martins de Oliveira em Clevelandia, e assim aos outros srs. Deputados, para que um, não entre na área do outro, para que haja respeito ao menos dentro do Partido. Não é nada além disso que pretendemos. Não vejo como se faça ou se pretenda fazer "cavalo de batalha" em torno do que se chama "comando político", que sempre existiu neste Estado e vai existir, se por ventura isso remotamente poderá ocorrer, o MDB vier mandar neste Estado.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Quem faz "cavalo de batalha", V. Exa. poderia me esclarecer?

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. tem sempre desta Tribuna ou em aparte, que tem oferecido a quem na Tribuna, quando o problema vem à baila, de maneira até brilhante, V. Exa. combate o que se chama "comandos políticos", o que eu não vejo. Eu vejo uma liderança política dos homens da ARENA mantida nos diferentes Municípios, e exercida no bom sentido, no sentido de fortalecer o Governo, e eu até logicamente, devo entender, que não interessa ao MDB, que se fortaleça os homens do Partido aqueles que indicam bem, os homens com condições necessárias de exigir do Governo, quando devam exigir, uma função de responsabilidade na administração estadual.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Eu gostaria até, face às palavras de V. Exa. que as taquigrafias, tão eficientes e tão bondosas, anotassem em maiúsculas, a resposta que eu dou a V. Exa.

EM ABSOLUTO. EU NÃO CRITICO O GOVERNO. EM ABSOLUTO EXCELENCIA, EU AO CONTRÁRIO, CONSIDERO O GOVERNADOR UM PRISIONEIRO DO SISTEMA. E NA EVOLUÇÃO DO MEU RACIOCÍNIO, V. Exa. SENTIRÁ QUE EU PRETENDO JUSTAMENTE A LIBERTAÇÃO DO GOVERNADOR DO ESTADO.

Repito e insisto que conste dos Anais em letras maiúsculas "NÃO CRITICO EMILIO GOMES, PELO SISTEMA DE "COMANDOS POLÍTICOS". O QUE DESEJO É LIBERTÁ-LO E A FUTUROS GOVERNADORES DO ESTADO DO PARANÁ.

Isto V. Exa. sentirá na sequência natural do meu raciocínio. V. Exa. num gesto de probidade intelectual, muito característico da personalidade de V. Exa. com o qual eu tenho o prazer de privar há longos anos repetiu aquele argumento que V. Exa. havia anunciado à Casa neste pronunciamento a que me referi e que eu me permito prosseguir na leitura. Diz V. Exa.:

"Quero afirmar que não é novidade no Estado do Paraná o sistema; já o havia nos idos de Moysés Lupion, continuou-se com Bento Munhoz da Rocha; com Ney Braga; com Paulo Pimentel; Com Parigot de Souza e não havia de ser hoje que iríamos mudar as regras do jogo, pretender desprestigiar os representantes dos seus Municípios, negando o direito de dizer ao Governo do Estado, este é o bom, ou este não serve para exercer uma função. Quem seriam os informantes?" Pergunta V. Exa. "eu quem deveria o Governador confiar? Pretender que os Secretários de Estado estejam nos 280 e tantos Municípios do Paraná, para conhecer os homens que devem ocupar os cargos tão insignificantes como Juiz de Paz; de Delegado, para depois dizer se pode ou não nomeá-los? Isso é pretender alijar a classe política do processo administrativo".

Veja V. Exa. que o fundamento do seu raciocínio é a tradição. De fato, muita coisa que era a solução no passado e que teve o seu lugar e até o seu valor de justiça, ficou superada no correr dos anos. O que era bom obrigatoriamente no tempo de Moysés Lupion não há necessidade de ser bom nos dias de hoje. Porque outras soluções podem existir. Veja V. Exa. dentro deste rigorismo de valor, atribuído nós ainda estaríamos na Monarquia, ou, quem sabe, ainda em estágio mais primitivo da história da civilização.

A monarquia foi válida para um período da História Universal, hoje está superada. As Repúblicas estão aí e caminhamos para outras formas de Governo, muito mais avançadas, V. Exa. há de admitir.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. me concede novamente um aparte? Porque é sempre um prazer dialogar com V. Exa.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JR. — É igualmente prazer para mim.

O sr. Ivo Thomazoni — Muitas vezes na minha pequenez, procuro sempre as luzes e o aconselhamento daqueles que tem tido — e V. Exa. tem tido sempre, melhores condições de vislumbrar o futuro, do que eu.

Pediria a V. Exa. que, por favor, se tiver anúncio um critério mais honesto para o procedimento nestes casos. Exemplificando, o Sr. Governador deveria preencher os cargos de Juiz de Paz, de Primeiro, Segundo e Terceiro Suplentes de Juiz para o Distrito de Pinhalzinho, no Município de Enéas Marques. Então deveria o Governador do Estado, receber quem crer, a relação dos eleitores do Distrito de Enéas Marques. Então, quem deveria ser consultado, quem deveria escolher? Qual a solução dada por V. Exa.? Quem sabe V. Exa. possa levar uma sugestão ao Governo, bem melhor do que a que está em uso. Até agora não descobrimos outra forma. Talvez V. Exa. tenha o "ovo de Colombo" nas mãos e deveria sugerir uma orientação no aperfeiçoamento da democracia.

O SR. SEBASTIAO JR. — Louvo mais uma vez e com toda a honestidade a coerência e probidade intelectual de V. Exa., porque repete aqui o que justamente dizia em seu discurso a que estou me referindo. V. Exa. concluiu o mesmo, assim: "Entendo como válida a tentativa implantada no Estado, mesmo porque não há outra. Quando combate isto assim, devo dizer que até hoje ninguém lembrou de sugerir outra forma e condição de substituir esta".

Cumprimento V. Exa. que é coerente e acredita no que diz e repete aqui o mesmo raciocínio. Mas justamente gravei esta pergunta de V. Exa. e estou pretendendo trazer a V. Exa. à Casa e ao povo do Paraná, outro critério.

Não fui me inspirar nos homens do MDB, muito menos em qualquer moralista, nem aqueles que fazem oposição ao Governo do Estado.

Vejo V. Exa. também a minha preocupação — trago à apreciação da Casa uma solução que é proposta por companheiros de Partido de V. Exa.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sem querer interromper o raciocínio de V. Exa., mas para que fique como fecho da solução a ser apresentada por V. Exa. neste brilhante pronunciamento de um oportunismo indiscutível, gostaria de, ao mesmo tempo em que me coloco ao lado de V. Exa. inteiramente no seu pensamento a respeito do problema, apresentar alguns subsídios ao pronunciamento que faz desta Tribuna.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JR. — Agradeço a V. Exa.

O sr. Alvaro Dias — Esse famigerado, escabroso, em nosso entender, mas sempre decantado comando político, tem proporcionado...

O sr. Ivo Thomazoni — Na opinião de quem não participa dele.

O sr. Alvaro Dias — Responderei depois a interferência de V. Exa. Tem proporcionado injustiças as mais revoltantes e quero citar algumas.

Recentemente, em Londrina, um médico ortopedista pleiteava servir ao IPE naquela cidade, em sua especialidade. Candidatou-se, preencheu as formalidades, submeteu-se à qualificação para tal e foi aprovado pelo Conselho do IPE, estava pronto para ser nomeado como médico daquele Instituto, para atender Londrina e a Região Norte do Paraná. Posteriormente, nem sei quem é hoje o responsável pelo comando político em Londrina, mas a verdade é que o seu nome foi submetido a esse comando político mais precisamente, segundo informações que obtive, a pessoas ligadas ao Diretório Municipal da

ARENA daquele Município. E a resposta que esse médico recebeu foi taxativa: seu nome havia sido vetado por gente da ARENA, porque consta que ele pertence ao MDB; não é filiado ao MDB, simplesmente prestou sua colaboração, na campanha política, a um amigo seu, mais pelo fator amizade do que propriamente pelo fator político e recebeu a informação de que "quem sabe, futuramente, quando você ingressar na ARENA será nomeado médico do IPE". Se o objetivo foi conquistar mais um adepto às fileiras arenistas a fórmula usada foi a mais ingênua possível. Pois não entendo que, dessa forma, alguém possa conquistar a simpatia de quem quer que seja, a base de pressão, à base de uma forma revoltante, procurando captar ideologicamente alguém com um simples emprego! No meu entender, ao invés de se constituir numa tática política se constituiu numa ingenuidade política.

Ora, srs. Deputados sobretudo nobre Deputado Ivo Thomazoni, Líder do Governo, eu não entendo que a assistência médica deva ter partido político, deva ter coloração partidária. E isso aconteceu num campo de extraordinária importância como é o campo da saúde, onde se deve colocar, acima de tudo, os interesses maiores da comunidade, acima dos interesses partidários.

E vou mais adiante, em outro campo, também de extraordinária importância, o da Educação, há alguns meses atrás, na época anterior a Emílio Gomes, nomeou-se uma diretoria para uma escola primária do Município de Londrina o processo foi esse conhecido por todos nós. O processo usado é o do comando político é a politicagem influenciando negativamente na educação. Nomeou-se uma diretora buscando-a em outro Município bastante distante e colocando-a como diretora num Grupo Escolar de Londrina. Professores, pais de alunos, moradores do bairro inteiro, fizeram abaixo assinado e enviaram ao Governo. Mas, atendeu-se em primeiro plano, o comando político atendeu-se pessoas do Diretório da ARENA e deixou-se de atender uma comunidade inteira. Teria outros exemplos, sendo que o mais recente foi o da exoneração de uma Diretora do Município de Jataizinho simplesmente por ser contrária ao Prefeito. O Prefeito mudou-se para a ARENA e por ter mudado para a Arena teve condições de exonera-la. Os exemplos são vários.

O Deputado Ivo Thomazoni se engana quando diz que combatemos o comando político porque não o possuímos, porque dele não podemos fazer uso. Muito pelo contrário, a existência do comando político nos é favorável, apenas o combatemos porque pensamos ser danoso para a comunidade. Para o MDB, para o nosso Partido é altamente benéfico porque provoca a revolta na comunidade pelas injustiças cometidas. Peço excusas por ter dado um aparte tão longo.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Em absoluto, apenas me permito, dada a exiguidade de tempo, conceder mais dois apartes para então responder ao Deputado Ivo Thomazoni, a fim de dar a nova fama. Um deles é ao Deputado Antonio Belinati que pediu primeiro e o outro ao deputado Erondy Silvério. Em seguida, passarei a sugerir ao nobre Deputado Ivo Thomazoni a nova forma.

O Sr. Antonio Belinati — Será rápido. Disse o nobre Líder do Governo que nós combatemos porque não participamos, que se o MDB fosse Governo, talvez fizesse o mesmo.

Permitimo-nos lembrar apenas um caso especial, o de Londrina, onde já vamos para o segundo Prefeito eleito pela legenda do MDB. Naquela cidade, uma das mais importantes do Brasil, comandada por um Prefeito emedebista, podemos afirmar que os auxiliares importantes do Prefeito não fazem parte necessariamente do MDB. Na administração anterior, vários sub-Prefeitos de Distrito, eram elementos ligados à ARENA. Inclusive, na nova administração sabemos que os Secretários Municipais pertencem ao próprio quadro da ARENA. Lá o MDB que comanda os destinos do Município de Londrina, não é contra quem quer que seja. Aqueles que são bons são prestigiados, não há diferença.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a contribuição e concedo o aparte ao nobre deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a gentileza, embora quase que tenha passado a oportunidade de nosso aparte.

Ouví atentamente o discurso de V. Exa. e acho que não tem razão. Não tem razão porque, em última análise, é o povo quem escolhe seus representantes nesta Casa. Veja V. Exa. que sempre, não é propriamente comando político, se consulta o Deputado mais votado de determinado Município sobre a nomeação de Juiz de Paz, Delegado de Polícia não porque são feitos concursos.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Posso garantir a V. Exa. que não se procede assim no Interior, o critério é outro.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. me concedeu o aparte e gostaria que não me interrompesse, ao final V. Exa. poderá se manifestar.

Na maioria dos Municípios paranaenses a nomeação de Delegado de Polícia é feita a comissões concursadas, sem interferência do Deputado.

Mas aquela oportunidade que eu disse, que quase passou, do nosso aparte, era com relação ao aparte que lhe ofereceu o nobre Deputado Alvaro Dias. É um político jovem, talvez não tenha participado do PTB, do antigo PTB, do PTB de João Goulart, de Leonel Brizola, do PTB que, para ser nomeado qualquer coisa precisava ser sindicalizado e na ala esquerdista do PTB — pebebizado!

Aqui no Paraná ficou acéfala a Direção do antigo IAPTEC porque existiam duas alas pretendendo o cargo. Um dos candidatos é motorista desta Casa, o Sr. Odair Cosmos. Pertencia à ala esquerdista do PTB, e a outra ala, a Federação dos Sindicatos de Paranaguá, que indicava um outro comuna para os cargos. Então, foi a guerra dos comunas, com prejuízos para milhares e milhares de motoristas, porque a Direção do IAPTEC ficou aqui acéfala. Não se dava mais assistência aos motoristas.

Então, o nobre Deputado Alvaro Dias está esquecido do que ocorreu de 62 a 63 neste País e principalmente no Paraná.

Mas é a forma de quem está no comando, no comando da Nação, no comando do Estado. Tem que olhar para o seu Partido! Vê V. Exa., que na Guanabara manda o MDB. Então vê V. Exa. que todas as Secretarias no Estado da Guanabara, são de correligionários do MDB!

É coisa lógica, justa, eles ganharam a eleição na Guanabara! É maioria na Guanabara, o MDB!

Agora, quando o Deputado ganha uma eleição no Município, ele representa, quer V. Exa. queira, quer V. Exa. não queira, ele representa a média da maioria, da opinião da população. Para isso ele elegeu-se com maioria, dentro daquele Município e é ele que é aconselhante nos seus Conselhos comunitários dos seus Municípios, vê as pessoas que têm melhores e reais condições para exercerem funções públicas. Então ele traz uma simples condição ao Governador, que atende ou deixa de atender. No Governo do Sr. Paulo Pimentel, raramente aquele Governo atendia aos Deputados através de "comandos políticos", ele fazia uma média de análise do candidato proposto para qualquer cargo que se vagasse no Município.

Então vê V. Exa., que os "comandos políticos" são uma consequência da pujaça eleitoral da ARENA, numa eleição livre. Ninguém pode contestar! Tanto foi livre, que V. Exa. está hoje representando o MDB, uma parcela da população nesta Casa.

Então vê V. Exa., que numa eleição livre, quem teve a maioria é natural que tenha uma certa preponderância no Município onde se elegeu por maioria!

Quanto a Londrina, peca novamente o nobre Deputado Alvaro Dias porque há muitos anos que não existe comando político em Londrina, não existe! Então, será que esse médico que foi nomeado não tem competência? Era necessário que o nobre Deputado Alvaro Dias dissesse aqui, que o médico nomeado não tem competência para o cargo, então, nós interpellamos, aqui, o Presidente do IPE, para ver por que é que ele nomeou um médico incompetente!

Agora, quando se coloca dois profissionais no mesmo nível, cabe a escolha ao Presidente do IPE. É uma coisa muito lógica!

Agradeço o aparte de V. Exa., mas, apenas gostaria de refrescar a memória do nobre Deputado Alvaro Dias e de toda a Bancada do MDB, para que retornassem um pouquinho aos idos de 62, 63 e vejam o que se fez neste Paraná e neste País, através do comando nefasto de João Goulart e Leonel Brizola.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a aparte de V. Exa. Não tenho comprometimento nenhum com o Governo de João Goulart e, se critico o critério, faço a crítica daquela época e faço a crítica do momento presente.

Apenas para esclarecer a V. Exa., que diz que Delegado não faz parte do sistema de "comandos políticos", eu citarei um trecho do pronunciamento do nobre Deputado Ivo Thomazoni, que diz o seguinte:

"Pretender que os Srs. Secretários de Estado estejam nos 280 e tantos Municípios do Paraná para conhecer os homens que devem ocupar os cargos tão insignificantes como de Juiz de Paz e de Delegados..."

Então Sua Excelência inclui Delegados nos cargos de "comandos políticos", com o título de "insignificantes", ainda!

Permito-me prosseguir, porque desejo dizer à Casa que estou combatendo o critério, e não quero me ater a casos específicos de injustiças. Se fôssemos nós os detentores dos "comandos políticos", também, por certo, haveriam injustiças. Não vou me deter, em espécie, a nenhum exemplo. Quero prosseguir, na tese respondendo ao nobre Deputado Ivo Thomazoni que pediu uma nova forma. Então, Excelência, sugiro essa forma a V. Exa. Não fui o inventor dela, nem os homens da Oposição.

Veja V. Exa. o que fez uma Associação de Municípios, na totalidade de Prefeitos da ARENA, no Noroeste paranaense, Associação de Prefeitos do Noroeste Paranaense. Vou ler a moção aprovada por unanimidade por aquela Associação e publicada no "O Estado do Paraná". Diz a Associação o seguinte na Mensagem aprovada. Permito-me a ler, para que conste dos Anais da Casa.

(Lendo): "A Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense, AMUNPAR, reuniu-se ordinariamente neste cidade, 5.a feira, contando com a participação de Prefeitos e Representantes legalmente credenciados de 17, dos 22 Municípios filiados. A mais importante decisão tomada refere-se ao problema dos chamados comandos políticos. Os Prefeitos com diversas salvas de palmas, manifestações de regozijo aprovaram proposta do Prefeito Sady Paviani, de Nova Londrina, no sentido de que os mandos sejam confiados aos Prefeitos e Vereadores em todos os Municípios, evitando-se desta forma as humilhações que aconteciam anteriormente quando para efetuarem reivindicações junto ao Governo Estadual, tinham que ler na cartilha do Deputado da Região, e não passavam de meros instrumentos cabrestados de elementos que só aparecem nas horas de pleitear a reeleição".

"AS MOÇÕES APRESENTADAS

A primeira e mais importante moção apresentada foi esta:
Nova Londrina, 22 de agosto de 1973,
Sr. Presidente.

Sady Paviani, abaixo assinado, Prefeito de Nova Londrina, vem mui respeitosamente à vossa presença, requerer após ouvido o Plenário, seja expedido ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Presidente da República, ao Exmo. Sr. Presidente da Associação Brasileira dos Municípios no sentido fazer com que tais nobres autoridades tomem as providências no sentido de vincular..."

O Sr. Ivo Thomazoni — Nobre Deputado, V. Exa. não está sugerindo uma nova situação?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — V. Exa. não esperou concluir.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. deseja tirar da área de concorrência de V. Exa., o comando político.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — ... "vincular cada vez mais as forças políticas atuantes dos Municípios em todos os setores da vida pública do Estado e que reflitam no desenvolvimento e tranquilidade dos respectivos municípios, tendo em vista os fatos que passamos com o merecido respeito e acatamento, a expor:

1 — Já é um fato histórico dentro de nosso Estado as dificuldades administrativas, no campo municipal, o chamado "mando político", o qual já por se tratar de fato pouco recomendável na vida pública repellido tão somente perante o público mas que em verdade ele existe deturpando a tranquilidade de todos aqueles que neste Estado possuem no âmbito municipal, um mandato político.

2 — De fato o Prefeito sempre terá que andar com o chapéu na mão, deixar-se cabrestar por um Deputado que é escolhido pelo Governador como o detentor do dito mando político, o qual goza de beneplácido de escolher a dedo todas ou quaisquer pessoas a fim de exercerem cargos estaduais dentro dos Municípios. Não há dúvida que tão somente as forlas políticas atuantes, quais sejam os Prefeitos e as Câmaras Municipais, que convivem diuturnamente com o seu povo é que sentem bem de perto e até mesmo na própria carne, as suas aspirações e por isso mesmo são os alvos mais próximos das críticas e lamúrias desse mesmo povo que representam. Muito ao contrário é o que se verifica com o Deputado que, por força de seus próprios deveres, estão obrigados a isolarem-se dos Municípios que lhes serviram de bases eleitorais, isolando-se portanto, na Capital do Estado, sem sentirem os efeitos destas ou daquelas indicações ou destes ou daqueles pedidos ao Governo do Estado.

Assim, pois, estão os Srs. Deputados mais sujeitos a erros e menos sujeitos às críticas deles decorrentes, o que atenta contra o regime democrático e aos próprios interesses populares, muitas vezes colocando os verdadeiros responsáveis diretos pela tranquilidade e harmonia administrativa no Município, nas maiores dificuldades. Enfim, ou o Prefeito e a Câmara de Vereadores deixam-se cabrestar pelo Deputado escolhido pelo Governador ou morre à mínima por falta de atendimento à sua comuna;

3 — Está na hora de darmos um grito de alerta, sem querermos ferir as verdadeiras atribuições dos nobres Deputados, para reivindicarmos um direito que moral e praticamente nos pertence. O mando político, sob pena de vermos perecer os mais altos princípios democráticos, deve pertencer às bases políticas das nacionalidades, isto é, aos Prefeitos e Câmaras de Vereadores, porque ninguém melhor do que essas autoridades poderão espelhar as mais autênticas aspirações populares;

4 — A história política paranaense nos tem demonstrado que os Deputados não possuem condições para darem atendimento e acompanharem os Prefeitos de suas respectivas Regiões, nestas e naquelas Secretarias ou nestes ou naqueles Departamentos. Houveram aqueles, que, melhores cabos eleitorais ou mais afortunados conseguiram ser atendidos convenientemente pelos seus Deputados mas, em número muitas vezes maior foram os Prefeitos que viram escocarem-se os seus mandatos, sempre de chapéu na mão, sem conseguirem sequer o menor dos atendimentos por parte das autoridades estaduais, simplesmente porque ou não eram simpáticos ou não vestiram os cabos não só à dignidade de representante do Município como também aos princípios humanos, revolucionários e democráticos. Enquanto ouvimos o nobre Presidente da República enaltecer a importância das forças políticas municipais, como base da nacionalidade, o Estado do Paraná através de seu Governador de seus Deputados, trocando os favores por votos, num verdadeiro atentado, está procurando solucionar os chamados mandos políticos cogitando de entregá-los aos Deputados mais votados nestes ou naqueles Municípios, ferindo assim, se tais conjunturas vierem a se confirmar na mais autêntica violência contra as pregações e filosofias esposadas pela própria Revolução de 31 de março de 1964.

Assim, nobres Prefeitos, companheiros da mesma luta, vamos cumprir com o nosso dever perante os nossos municípios! Vamos procurar chamar a atenção do ilustre Governador do Estado do Paraná, para que não cometa os mesmos erros que a história política paranaense nos tem relegado; vamos reivindicar para as forças políticas municipais o direito de, através da AMUMP, fazerem suas solicitações ao Governo Estadual evitando-se assim a humilhação dos representantes autênticos das municipalidades e assim, por consequência os próprios Municípios.

Contando com a aprovação dos nobres companheiros, por conhecer o espírito de luta dos mesmos em prol das causas municipalistas, antecipadamente agradece.

SADY PAVIANI, Prefeito Municipal.

A título de esclarecimento, diz ainda a notícia publicada no jornal: (Lê)

“Durante a leitura da proposição pelo Prefeito Sady Paviani, os Prefeitos aclamaram com acaloradas salvas de palmas a iniciativa que foi considerada de alta envergadura. Sobre a matéria e dando apoio à iniciativa falaram ainda os Prefeitos Dólio Canabrava, (Paraíso do Norte), Narciso D'Aviz (de Monte Castelo) e o representante de Amaporã, Sr. Osvaldo de Brito, que após fazer várias ponderações sobre o problema também votou favoravelmente”.

Além das manifestações da AMUMP, existe ainda uma outra da Associação Paranaense de Vereadores, organizada recentemente em nosso Estado. E aqui também o recorte de jornal, com a manifestação de seu Presidente (Geraldo Ribeiro), que diz o seguinte:

O Sr. Ivo Thomazoni — De Mandirituba?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — V. Exa. tem alguma coisa contra Mandirituba?

O Sr. Ivo Thomazoni — Absolutamente, acho um grande Município. É um problema de localidade.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — V. Exa. evidencia grande conhecimento de geografia.

Mas diz o seguinte: “Muitas vezes é designado um Deputado que nem o Município conhece ou tem richa com o Prefeito. Ele manda e desmanda no Município e os Vereadores nem tomam conhecimento”.

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Já concederei a V. Exa.

O Sr. Ivo Thomazoni — Apenas uma informação que desejo dar. Asseguro a V. Exa. que 99% dos Vereadores já dirigiram expediente ao Secretário do Interior e Justiça fixando-se no nome de um Deputado entregando a um Deputado a liderança política de seu Município. São incoerentes também. Só no caso de Nova Londrina que o Prefeito não se dá com o Deputado mais votado de lá tem richa pessoal daí a autoria desta moção que não é válida para mim.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Desconheço os bastidores da política arenista paranaense. Estou me baseando em notícia de jornal.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao Deputado que restam apenas cinco minutos.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço apenas mais um parágrafo para concluir e depois darei o aparte ao Deputado Muggiati Filho.

Diz ele: “Esta luta começará hoje tão logo seja aceita por todos os Presidentes das Câmaras Municipais do Paraná a criação da Associação das Câmaras Municipais do Paraná”. Concedo o aparte.

O Sr. Muggiati Filho — Não pretendia interromper a V. Exa. não fosse a alusão irônica e intempestiva feita à nossa Bancada pelo Deputado Erondy Silvério. Gostaria através deste aparte de deixar registrado nos Anais da Casa que o MDB a Bancada e o Partido sabem perfeitamente onde têm a cabeça.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente não fiz alusão intempestiva ao MDB nesta Casa que muito respeito. Apenas foi uma reação ao orador que se encontra na Tribuna que sistematicamente está atacando a Bancada da ARENA; para refrescar a memória do MDB. Quando o PTB estava no Governo foi aquela calamidade foi necessária uma Revolução para endireitar o que estava errado.

Era a questão de ordem.

O Sr. Muggiati Filho — Prosseguindo não temos o costume de interromper com questões de ordem intempestivas porque qual foi a parte do Regimento que eu estava violando para que S. Exa. viesse me interromper? Questão de ordem é regimental e não questão sobre fato político.

Aproveitando o aparte que me foi concedido pelo Deputado Sebastião Rodrigues Jr. desejo registrar que o MDB se honra de contar em suas fileiras com ex-integrantes do PTB tais são os Deputados Nelson Buffara Hélio Manfrinato e Domicílio Scaramella, assim como entendo que também a ARENA deve se sentir honrada de contar com ex-integrantes do PTB que enobrecem esta Casa, como o Deputado Odilon Reinhardt que neste momento nos preside, o Deputado Fuad Nacli, o Deputado Gilberto Carvalho e o Deputado Gabriel Manoel e possivelmente outros elementos daquele Partido.

O que fazemos questão de registrar é que não deve servir de argumento nesta Casa a rememoração de tempos passados. Vivemos o presente e o futuro. Logicamente todos são iguais perante a lei e, falando em lei, nobre Deputado políticos, abordada por V. Exa., está sendo mal entendida pela Casa. É que V. Exa. está se batendo contra a institucionalização do “comando político” que

afronta a Lei. Quem tiver atribuição de nomear, nomeia, quem tiver condição de concorrer a um concurso, concorre; os Secretários, o Governador, ouvem quem bem entendem. O que não se pode é fazer a institucionalização de uma coisa que contraria a Lei.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa.

Concluindo então, permito-me sugerir à Casa, nos termos daquilo que disse desta Tribuna, a aprovação de uma moção, de um voto de aplauso à Associação de Prefeitos do Noroeste Paranaense, Prefeitos da ARENA, que se manifestaram contra o sistema de “comandos políticos”, e à Associação de Vereadores, que também se manifestou contra o mesmo. O que pretendo é libertar o Governador que, na verdade, é um prisioneiro desse sistema, recebe instruções desse sistema, e também dar, aos Prefeitos, aos Líderes do Partido, a condição de dialogar com o Governo do Estado, para fazerem diretamente suas reivindicações, não tendo que se submeter ao “comando político”, seja do MDB, se tivermos a governança do Estado, seja da ARENA.

Disse muito bem o nobre Deputado Erondy Silvério que, em 63 havia o coronelismo, o caciquismo político. A crítica era válida para aquele tempo, mas também continua válida para hoje, porque o sistema é o mesmo. Proponho que parta desta Casa um gesto de dignidade, de grandiosidade, e que se devolva ao Governador do Estado a atribuição de nomear para os cargos estaduais no Interior; que esta Casa abra mão do “comando político”, para que o Governador possa prestigiar Prefeitos e Vereadores, esses homens sih, que se destacam nos Municípios e promovem o Governo do Estado.

Esta a proposta que faço à Casa, traduzida na moção de aplauso que será submetida ao Plenário.

A sua aprovação restabelecerá a autoridade governamental, prestigiará Prefeitos e Vereadores e, o que é mais importante, elevará bem alto o nome deste Poder Legislativo.

Era só, Sr. Presidente. — (Revisto pelo Orador).

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente desejo se V. Exa. permitir fazer minha inscrição para falar em explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE — Pois não.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — (Pela Ordem) Da mesma forma, Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar em explicação.

O SR. PRESIDENTE — Considere-se inscrito.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arthur de Souza, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-72, de autoria do Dep. Borsari Neto, que inclui no artigo 129, da Lei n.º 6.174, de 16-11-70, o inciso que especifica. — Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que declara de Utilidade Pública a Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, padronizar uniformes usados nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com EMENDA SUBSTITUTIVA. — Aprovado, com Emenda Substitutiva.

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138-73, de autoria do Dep. Quilse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antonio com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 67-73, encaminhando anteprojeto de lei que reconhece como de Utilidade Pública, a Associação dos Servidores Públicos do Paraná e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, pelo Substitutivo.

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190-73, de autoria do Dep. Antônio F. F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo alterar a forma de cobrança das mensalidades em atraso dos Serventários da Justiça, junto a Carteira de Pensões do Instituto de Previdência do Estado. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Ao referido Projeto, foi apresentada Emenda de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada. — Aprovado o Projeto. Aprovada a Emenda.

VOTAÇÃO EM 3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 228-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 84-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar no Serviço Público Estadual, a categoria de Pessoal Suplementar e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com EMENDA — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, com Emenda.

VOTAÇÃO EM 2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 216-72, de autoria do Dep. Domicílio Scaramella, ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, que dá nova redação ao parágrafo 2.º do artigo 24 do Projeto acima. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, pelo Substitutivo, artigo por artigo.

VOTAÇÃO EM 2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144-73, de autoria do Dep. Roberto Soares, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1.º da Lei n.º 4.763, de 5-11-63. (Pensão viúva suplentes de Deputados). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

VOTAÇÃO EM 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 213-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 78-73, encaminhando anteprojeto de Lei da Proposta Orçamentária Plurianual de Investimentos da Administração Estadual, para o triênio 1974/1976. — Com parecer da COMISSÃO DE ORÇAMENTO. — **Aprovado.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de São José dos Pinhais (1) um trator marca Caterpillar, modelo D4-40 A, série 1642, pertencente à Secretaria da Agricultura. — Pareceres favoráveis — da C.C.J. e C.F., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 165-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São José dos Pinhais um (1) trator de marca CATERPILLAR, modelo D4-40 A, Série 1642, pertencente a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1973

(a) — Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar auxílio aos agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais carentes desse equipamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 165-73

De autoria do ilustre Deputado Leopoldo Jacomel, tem por fim o presente autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de São José dos Pinhais, um trator de marca Caterpillar, modelo D4-40A, Série 1642, pertencente a Secretaria de Agricultura.

A iniciativa obedece as disposições regimentais e Constitucionais estando, portanto, em condições de ser aprovada.

É o parecer. Sub-censura.

Sala das Comissões, em 4 de setembro de 1973

(aa) Antônio Costa — Presidente

Quielise Crisóstomo da Silva — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

Ao Projeto de Lei N.º 165-73

1 — Visa o presente Projeto de lei, de autoria do nobre deputado Leopoldo Jacomel, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de São José dos Pinhais, um (1) trator marca Caterpillar, modelo D4-40A, Série 1642, pertencente à Secretaria dos Negócios da Agricultura.

2 — Referida matéria já mereceu da douta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável, quanto à sua legalidade e constitucionalidade.

3 — Esta proposição consubstancia simples autorização legislativa, ficando na dependência do Poder Executivo a sua aceitação ou não, razão pela qual não vemos qualquer impedimento, quanto ao aspecto financeiro, que se lhe anteponha.

4 — Face ao exposto, nosso parecer é pela **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de Outubro de 1973.

(aa) Quielise Crisóstomo — Presidente

Dep. Gilberto Carvalho — Relator

(Ass. ilegível)

(Ass. ilegível)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, tratores e trilhadeiras que especifica, pertencentes à Secretaria da Agricultura. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Com Emenda** — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 167-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Araucária 1 Trator da marca John Deere 430 S n.º 161072, 1 trator da marca John Deere 730 S n.º 161071, 1 trator da marca John Deere 730 S n.º 161069

1 trator da marca John Deere 730 S n.º 161069 e uma (1) Trilhadeira da marca Hallis Schalmers B 72120, uma (1) trilhadeira da marca Hallis Schalmers B 72734 e uma (1) trilhadeira da marca Hallis Schalmers B 72810, sendo que a trilhadeira de n.º B 72810 corresponde ao n.º B 72801, todos pertencentes à Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1973.

(a) Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa dar auxílio aos agricultores do interior, através de suas Prefeituras Municipais carentes desse equipamento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 167-73

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Leopoldo Jacomel, é autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, tratores e trilhadeiras que especifica, pertencentes à Secretaria da Agricultura.

Quanto à forma, a propositura está conforme.

Quanto ao aspecto constitucional e jurídico, nenhum obstáculo se insurge contra a proposição, visto tratar-se de mera autorização ao Poder Executivo cuja matéria é da sua competência.

A pedido do ilustre autor, todavia, permitimo-nos oferecer, ao Art. 1.º do Projeto, a Emenda anexa, que tem por finalidade, apenas, corrigir as características das referidas máquinas, citadas erroneamente, para conformá-las às constantes do termo de comodato incluso.

É o parecer, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1973.

(aa) Antônio Costa — Presidente

Wilson Fortes — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA

AO ARTIGO 1.º DO PROJETO DE LEI N.º 167-73

O artigo 1.º, do Projeto de Lei n.º 167-73, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Araucária, três (3) trilhadeiras combinadas marca Allis Chalmers, séries B-72120, B-72734 e B-72810 (B-72801); e três tratores marca John Deere modelo 430 C, séries 161064, 161069 e 161071, pertencentes à Secretaria de Agricultura.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

(aa) Antônio Costa — Presidente

Deputado Wilson Fortes — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 167-73

Consta dos autos do Projeto de Lei ora em exame por esta Comissão, iniciativa do nobre Deputado Leopoldo Jacomel, autorizando o Poder Executivo a doar ao Município de Araucária, tratores e trilhadeiras que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura.

Referida Proposição já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça, na sua devida oportunidade.

Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não vemos razões para negar o seu acolhimento, visto tratar-se de mera autorização ao Poder Executivo cuja doação é da sua competência.

Assim sendo, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9-10-73.

(aa) Quielise Crisóstomo — Presidente

Deputado Álvaro Dias — Relator

(Assinatura Ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Carlos Fernando de Alcântara Taborda Ribas e Gaston René Sibut, ocorrido domingo último, filhos de tradicionais famílias paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 176.º aniversário de criação e instalação do Município de Antonina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa e outros, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aparício Henriques, como homenagem póstuma desta Casa a um líder político da Região de Pato Branco. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 218-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja incluído na Pauta, o Projeto de Lei n.º 51-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 251-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 249-73, 244-73 e 233-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 212-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Colégio Estadual “Túlio de França”, situado na sede do Município de União da Vitória, pela apresentação dos XIV Jogos da Primavera. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério e outros, constante do Expediente, solicitando sejam abonadas as faltas dos mesmos da Sessão Plenária da data de ontem, em virtude dos Srs. Deputados acharem-se em seus Gabinetes atendendo as partes que os procuravam. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada ao Governador do Estado, sugestão no sentido de que seja promovido os estudos de viabilidade de asfaltamento da Rodovia PR-2, que liga a Capital ao Município de Pirai do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso à Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR, e a Associação das Câmaras Municipais do Paraná — ACAMPAR, por suas corajosas manifestações contrárias ao chamado “Sistema de Comandos Políticos” vigente no Estado. — **Rejeitado.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela ordem). Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. Em votação, o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, o Nobre autor do Requerimento votou contra. Desejo que conste em Ata.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, me permitiria uma declaração de voto?

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). V. Exa. considerou rejeitado o Requerimento?

O SR. PRESIDENTE — Na verificação de quorum, não existia quorum para votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, solicito, regimentalmente, a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal. Está em votação...

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Gostaria Sr. Presidente, que o ilustre Deputado Antônio Belinati citasse o artigo regimental que lhe facultava requerer votação nominal para a matéria em pauta.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela ordem). Sr. Presidente. Solicitaria de V. Exa. que solicitasse também do Nobre Líder do Governo que informasse de cor, o Artigo pelo qual nós não podemos pedir votação nominal.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem). Sr. Presidente, o Líder do Governo está perfeitamente certo. Sempre que o Deputado invoca, deve citar o artigo do Regimento.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, nós estamos nos baseando, para conhecimento do Sr. Líder do Governo que conhece perfeitamente o Regimento Interno, no artigo 161.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. suspenderá a Sessão para que S. Exa. o Sr. Deputado Antônio Belinati tenha tempo suficiente para redigir o Requerimento que deve, nos termos regimentais, ser apresentado por escrito, à Mesa.

O SR. PRESIDENTE — Em realidade o Requerimento deve ser formulado por escrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela ordem). Está pronto o Requerimento.

Encaminho-o à Mesa. (Lê):

"Senhor Presidente:

Requeiro votação nominal para o presente Requerimento do Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, sobre voto de congratulações para AMUNPAR. Sala das Sessões, em 6 de novembro de 1973.

(a) Antônio Belinati"

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento formulado pelo Sr. Deputado Antônio Belinati, que requer a votação nominal para o Requerimento formulado pelo Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. — Rejeitado o Requerimento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para declaração de voto).

Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que faça constar da Ata que votei favoravelmente ao Requerimento do Nobre Deputado Antônio Belinati. Acho que o homem público não deve ter medo de suas atitudes. Sou contra a proposição do Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior; vou votar contrariamente a ela. Mas não preciso me esconder no anonimato da votação simbólica. E votarei contrariamente ao Requerimento do Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, porque considero o Prefeito subscritor daquele manifesto, um desequilibrado.

Está querendo obter na amarra o que não pode obter nas urnas; este o verdadeiro fundamento do Requerimento. Considero aquele Prefeito um desequilibrado; desequilibrado politicamente.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o Requerimento do Sr. Erondy Silvério.

Está em votação o Requerimento formulado pelo Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, que requer um voto de aplauso a duas associações de Municípios. — Rejeitado.

O SR. OLAVO FERREIRA — (Para declaração de voto). Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que mande constar em Ata voto contrário ao Requerimento do Nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o Requerimento do Deputado Olavo Ferreira.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, reiterando solicitação anterior para que determine a realização dos estudos visando a urgente construção de uma Ponte sobre o Rio da Várzea, na estrada que liga os Municípios de Antônio Olinto e Rio Negro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao jornal "A Tribuna do Povo", de Umuarama, pela cobertura dada às solenidades que marcaram a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Walter Peracchi Barcellos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante de Sessão anterior, com discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente congratulando-se com a Universidade Estadual de Londrina e com a Comissão Organizadora do 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia, na pessoa dos Drs. Ascêncio Garcia Lopes, Heber Soares Vargas e Eros Gradowski, pelo êxito alcançado no Conclave. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, a fim de que haja por bem determinar realização de estudos visando a implantação de pavimentação asfáltica ligando a cidade de Campo Tenente à BR-116. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado no sentido de que seja incluído no plano de obras para 1974, o Projeto para a ligação do "Trevo atual da rodovia BR-376 — PR-13 com a futura rodovia Maringá-Santo Inácio". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinada a construção de um viaduto no trevo onde se cruzam as Rodovias PR-13 e BR-376. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante de Expediente de Sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do D.E.R., solicitando feitura de lombadas no trecho da estrada Antonina-Morretes. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para explicação pessoal, Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCAREMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inscrevemo-nos nesta tarde, para explicação pessoal, para aqui fazer alguns comentários com referência aos debates neste Plenário, pelos ilustres Deputados Sebastião Rodrigues Júnior, Ivo Thomazoni e Erondy Silvério.

Quero lembrar ao ilustre Deputado Erondy Silvério, aqui rememorando algumas das passagens dos Governos passados, que não devemos aqui jogar pedras nos homens públicos que passaram. Quero lembrar que além dos ilustres Deputados do PTB que nos honram, quero lembrar aos membros da ARENA, ao ilustre Presidente e a outros Deputados do MDB, que para honra nossa, um cidadão que pertenceu às hostes do PTB, é hoje Presidente Nacional da ARENA.

Quero lembrar também ao Deputado Erondy Silvério que no Governo passado de Moysés Lupion, e não vai aqui qualquer pedra, a quem quer que seja, não sei se por culpa dos políticos que por aqui passaram, no Governo e na Assembléia Legislativa do Estado, mas foi quando no Sudoeste se verificaram as maiores chacinhas. Quero lembrar ainda ao Deputado Erondy Silvério, que ainda no Governo de João Goulart e Ney Braga, é que foi instituída a GETSOP no Sul do Paraná, para tranquilidade de toda aquela população.

Quero lembrar mais, quanto a "comandos políticos", e não vai aqui crítica de minha parte, a quem quer que seja, mas quero lembrar que o ilustre Deputado Quilse Crisóstomo, nosso particular amigo e colega, é o homem que lidera a política em Palmas, onde teve apenas dois votos. Deixo aqui o meu ponto de interrogação e desejo felicitar a todos os Deputados da ARENA que tem "comandos políticos". Nós, do MDB, enfrentaremos a luta quando se fizer necessário, sem "comandos políticos", contando com os eleitores conscientes de nossos Municípios. E o direito que temos de lembrar e rememorar, como o Deputado Erondy Silvério lembrou os Governos passados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Deputado Ivo Thomazoni, segundo orador inscrito para explicação pessoal.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O respeito que tenho pelo Deputado Sebastião Rodrigues Júnior e a amizade que ele me dedica, bem como o apreço que me merecem todos os Deputados do MDB e o acatamento de há muito que devo a meus caros e eminentes companheiros da ARENA, fizeram com que eu solicitasse à Presidência que me permitisse falar em explicação pessoal. Mesmo porque poderiam os Senhores espectadores desta Sessão levar uma imagem distorcida dos debates que aqui se travaram.

Impossível pretender dialogar sobre assunto tão apaixonante daquela poltrona, interrompendo o ilustre Deputado que da Tribuna tinha as suas razões e a sua opinião e as emitiu de forma tão brilhante.

Mas cabe uma justificativa deste Deputado, não na forma de repto porque não seria condizente com o Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

Gostaria de afirmar, para que os presentes tenham a idéia e a dimensão exata do comportamento dos Srs. Deputados Arenistas que, com assento nesta Casa fazem sempre o possível para se conduzirem com dignidade, com altivez, representando as suas áreas de influência.

Eu perguntaria se em algum momento de minha vida pública de parlamentar me permiti indicar, à consideração do Sr. Governador do Estado, um nome para qualquer cargo de responsabilidade da administração estadual, em qualquer dos Municípios que aqui represento, sem que eles tenham tido antes o respaldo do Prefeito Municipal, da Câmara de Vereadores, do Diretório do meu Partido.

Jamais me permiti isso, e jamais haverei de indicar, para qualquer cargo, qualquer nome que não me seja sugerido e encaminhado pelas minhas bases eleitorais que são compostas do Prefeito, da Câmara e do Diretório. Não vejo, portanto, razão que, desta Tribuna, se combata tanto o Deputado da ARENA que não tem feito outra coisa senão indicar, ao Secretário, ao Governador, os nomes que nos são sugeridos pelas nossas bases eleitorais.

E perguntaria, tem o Governador tempo físico para atender quase 290 Prefeitos Municipais e receber das mãos deles indicações para cargos não remunerados e insignificantes, mas que representam sempre a manutenção da ordem e da paz social das nossas comunas; se ele tem tido dificuldade para dialogar com 34 Deputados da ARENA, nos dias marcados para audiência dos Srs. Deputados.

E quero, desta Tribuna, afirmar e repisar que ainda considero esta condição a única capaz de permitir aos Deputados a fiscalização, em nome do Governo, dos nomes indicados para ocupar os cargos de responsabilidade dos diferentes Municípios. E dizer também que pretender transferir do Deputado ao Prefeito; as indicações do Prefeito ao Secretário, é inepto. Porque os Srs. Prefeitos subscritores da moção aqui lido pelo nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, só um deles não subscreveu o memorial indicando o seu representante junto ao Governo. Todos os Vereadores, todos os membros do Diretório e todos os Prefeitos, com exceção de um, fixaram, atra-

vés de expediente dirigido ao Sr. Secretário, a pessoa de um Deputado para representá-los.

Quero dar este testemunho e dizer que não é válida a sugestão de V. Exa., porque todos os legislativos municipais também indicaram um Deputado para representá-los junto ao Governo.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Minha argumentação foi baseada na decisão de uma Associação de Prefeitos que, se não estou equivocado, é composta, em sua totalidade, de Prefeitos pertencentes à ARENA.

Então, veja V. Exa., não é uma idéia só minha, é idéia também dos Prefeitos, porque foram 17 dos 22 Prefeitos que aprovaram a Moção.

Indagaria de V. Exa. o que levou aqueles Prefeitos a aprovar essa Moção? A correspondência que foi expedida tomou, até, aspecto de denúncia porque não foi apenas dirigida ao Sr. Governador do Estado, mas também ao Sr. Presidente da República.

Pergunto a V. Exa., se estão todos tão satisfeitos com esse estado de coisas, o que levou os Srs. Prefeitos a aprovarem, por unanimidade, aquela Moção?

O Sr. IVO THOMAZONI — Veja V. Exa. como o Sr. Governador resolveu encarar a situação. Vou responder porque conheço os termos dessa Moção.

O Prefeito de Nova Londrina autor da Moção, foi eleito por uma sub-legenda contrária à tendência do Deputado mais votado. Considerando que neste Governo pretendeu-se, pela primeira vez, valorizar o Diretório Municipal, valorizar a Câmara dos Vereadores, a maioria da Bancada da Arena, concordou em que se deveria escolher alguém que deveria falar em nome das lideranças locais com os homens do Governo. Verificou-se, então, o seguinte: que o Prefeito Municipal não tinha e não tem o respaldo do Deputado Estadual mais votado nas eleições proporcionais. Ele não tinha e não tem a maioria dos Vereadores da Arena na Câmara e não tem, igualmente, a maioria dos membros do Diretório Municipal da Arena. Não contava ele sequer com o apoio da Câmara e nem do Diretório. Isto iria criar para o nosso Partido e para o Sr. Governador uma situação de difícil solução. Se o Prefeito tem liderança, os Vereadores também tem, porque foram eleitos pelo povo, o Diretório tem porque foi eleito pela maioria dos homens inscritos e filiados ao Partido. É justo que se confira ao Prefeito a liderança, quando tem o apoio do Diretório e da Câmara dos Vereadores. Esta é uma fórmula de valorizar as lideranças municipais. Isto se fez pela primeira vez num Governo que quer a participação do Vereador do interior, do Prefeito do interior, dos homens do Partido. Antes era somente o Deputado que falava. Hoje fala o Deputado, fala o Vereador, fala o Prefeito, fala o Diretório. Este o motivo porque ficou irritado às vezes quando se quer combater aquilo que de uma certa forma, veio aperfeiçoar a liderança do interior.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). De acordo com a minha formação democrática quem confere liderança é o povo. Quem não tem liderança é o Deputado. Para mim o líder é o povo. A Moção foi dele, do Prefeito de Nova Londrina, mas aprovada por unanimidade, pelos Prefeitos presentes à reunião.

O Sr. IVO THOMAZONI — Assisti e V. Exa. também assistiu, Sr. Deputado, inúmeras — eu talvez dezenas — de reuniões da APSOP e da APOP, Associação dos Prefeitos do Sudoeste e Oeste do Paraná, e em nenhuma dessas reuniões eu pude ver em qualquer delas, a rejeição de qualquer moção de qualquer Prefeito Municipal. Há um entendimento tácito entre os Prefeitos, de apoio a essas moções e, neste caso particular da AMUNPAR, a moção do Prefeito Municipal de Nova Londrina teve também o escopo de merecer a aprovação dos demais porque, se aceita pelo Governador do Estado, eles, Prefeitos Municipais, estariam também com o comando político em suas mãos. Mas ninguém me induz a acreditar que eles Prefeitos Municipais, haveriam de se divorciar dos seus Deputados que os atendem bem, que são aqui os repassadores dos seus pedidos. Não quer significar, a aprovação dessa moção, repúdio dos Prefeitos aos Deputados que não fazem outra coisa senão aqui atenderem, diariamente, 4, 5 Prefeitos Municipais, no encaminhamento das suas reivindicações administrativas e políticas também.

Eu vim para esta Tribuna, tão somente para poder sair desta sessão com a consciência um pouco tranquila, não para que os Srs. Deputados me ouvissem, mas para que os que estão na galeria não saíssem daqui entendendo que o Deputado da ARENA vive em função de um pseudo comando político. Nós vivemos em função do nosso trabalho, em função da nossa voz erguida sempre nas Secretarias, nos Departamentos e no Palácio em favor das reivindicações mais sentidas da população, repassadas pelos Prefeitos. Porque nós do Governo não temos a Tribuna para fazer um apelo em forma de crítica ao Governo quando não tem condições de melhorar a estrada, de construir uma ponte, de fazer uma escola melhor, mais ampla, de dar condições de matrícula a um número maior de alunos.

A nossa função é sempre nos bastidores no silêncio, sem que a imprensa muitas vezes diga deste nosso trabalho, porque a imprensa o que quer é o que o povo quer — o Deputado gritando aqui, fazendo eco com a sua voz, quando nós agimos diariamente. Temos que ser assim, porque nós que arcamos com o ônus de sermos Governo, muitas vezes quando o policial por uma infelicidade bate em alguém, nós que arcamos com a responsabilidade quando o povo diz que o Governo não presta porque o policial agiu mal; nós que temos a responsabilidade de arcar com o ônus quando temos de dizer que a estrada está mal conservada porque 30 ou 40 dias de chuva ininterrupta não permitiu que uma patrulha trabalhasse a estrada; o que temos feito, é sair daqui e ir ao Secretário dos Transportes, ao Secretário da Educação, ao DER, a pedir, sempre em nome do Prefeito, muitas vezes com ele — quando não estamos com ele, dizemos ao Secretário: — atenda o Prefeito como se o estivessemos atendendo. E este Governo, nas Secretarias, tem atendido os Prefeitos Municipais com prioridade sobre até os próprios Deputados Estaduais. Não tem um Deputado da ARENA — e eu quero crer e em nome deles eu me comprometo a afirmar isso — que tenha uma vez sequer dito a qualquer homem de Governo: Não atenda o Prefeito quando ele não estiver por mim acompanhado. Ao contrário, damos graças a Deus quando um Prefeito consegue resolver seus problemas de Secretarias, sem que necessite o Deputado perder o seu tempo que pode ser dedicado a pesquisa e a outro trabalho, aqui quando o Prefeito pode e deve sair atendido hoje neste Governo, graças a Deus melhor do que nos outros.

Vim a esta Tribuna para dar este testemunho, para que os Deputados da ARENA não causem aqueles que assistem esta sessão, uma impressão distorcida da realidade. São todos, homens que estão aqui agora, mas eu sei, preocupados para saírem daqui e irem ao Palácio, às Secretarias lutarem por, uma soma de reivindicações que os Prefeitos, que o Diretório, que as Câmaras Municipais têm diariamente encaminhado a eles, para que, conse-

guindo as obras, credite-se, o Governo, para a próxima eleição, conduzindo para esta Casa esta maioria esmagadora de Deputados arenistas que não desejam outra coisa senão a unidade paranaense do desenvolvimento do Estado. Era o que me cabia dizer, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra em explicação pessoal ao sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Apenas, umas breves palavras de encerramento. Primeiro, causa-me estranheza, a insistência do líder do Governo em falar tanto nos ônus de ser Governo. Se existe tantos ônus, não sei porque tantos procuram ser Governo, buscam ganhar eleições para ser Governador para ser Deputado do Partido do Governo.

Não sei porque, confesso a V. Exa., pois não tive a oportunidade de ser Governo, mas até que não acho, devam existir tantos ônus, porque há tanta gente empenhada em ser Governo. Deve ser algo até abençoadado. Apenas, quero ressaltar a V. Exa. uma vez mais, o que foi objeto de meu aparte. Não concordo absolutamente com as palavras de V. Exa. nobre Deputado Ivo Thomazoni, por formação democrática, eu entendo que o líder de Nova Londrina é o Sr. Sady Paviani. Esta liderança que lhe foi conferida pelo povo do Município que ele representa. Liderança para mim, repito, emanada do povo, e ele foi o mais votado, do contrário, não teria ganho as eleições. Não posso entender como este homem não seja o líder do Município de Nova Londrina como pretende V. Exa.

O sr. Ivo Thomazoni — Juntamente com os Vereadores, Excelência

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Concordo com V. Exa. também juristicamente com os Vereadores, ele é o Líder. Obtiveram a maioria dos votos. Mas a votação majoritária se feriu entre os candidatos à Prefeitura. Daí, V. Exa. há de convir, se o povo lhe conferiu um mandato de Prefeito, o líder de Nova Londrina é o Sr. Sady Paviani.

Também quero discordar, data vênica de V. Exa., a referência de que numa reunião ou Associação de Prefeitos existe uma concordância tácita de se aprovar os termos de qualquer moção. Eu não posso conceber como um homem elevado pelo voto popular à condição de Chefe de Executivo Municipal, tenha Excelência, a despreocupação, tenha quase que o descaso de aprovar uma moção sem saber o que ela contém. Os termos são incisivos, e se trata praticamente de uma denúncia ao Sr. Presidente da República. Dou aqueles homens um crédito de confiança, de que eles tinham conhecimento do que estavam votando. Não posso conceber honestamente, Excelência, como Prefeitos, homens esclarecidos, de uma das regiões de maior desenvolvimento do Estado, sem uma voz discordante, não tivessem consciência do que estavam votando, Excelência. Houve aprovação unânime.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. pela data que foi redigida e aprovada esta moção, deve ter observado de que ela foi considerada por aquela Associação no instante em que se noticiava que o Governador do Estado haveria de encontrar um critério, uma norma para o deferimento destas lideranças. Os Prefeitos Municipais entenderam na oportunidade que era válida e tese de reivindicar para si as lideranças políticas.

Todavia, afirmo desta Tribuna e posso trazer a confirmação no instante em que V. Exa. quiser, os subscritores daquela Moção já em documentos posteriores endereçaram ao Sr. Secretário do Interior e Justiça, expedientes em que indicavam Deputados estaduais com seus representantes e como líderes de seus Municípios. Era isto que eu disse desta Tribuna. Se na época a Moção era válida, era porque o Governo não havia ainda fixado nenhum critério. Posteriormente, a grande maioria dos Prefeitos entenderam ser válida a outa tese governamental de se conferir ao Deputado o "comando político", desde que ele contasse no Município com outra força expressiva, falo em Prefeitos municipais e Câmaras de Vereadores e em Diretórios Municipais da ARENA.

Era este o ponto de vista que emiti desta Tribuna e que V. Exa. agora habilmente pretende não entender. Na época era válido porque ainda não se sabia o critério a ser adotado. Com a adoção do critério, a maioria dos srs. Prefeitos se fixaram em nomes de Deputados, conferindo-lhes o direito de, em seu nome, falarem junto ao Governo do Estado. Acha V. Exa. que eles evoluíram e nesta evolução está a aprovação tácita de que o Governo do Estado do Paraná está agindo corretamente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Já concederei o aparte a V. Exa. Permita-me apenas responder o aparte do nobre Deputado Ivo Thomazoni.

V. Exa. é que com habilidade situou o problema de forma diversa do que ele ocorreu na realidade. De fato não havia ainda se fixado o critério. Então, a Associação reivindicou para si; o Governo decidiu que era dos Deputados. Então as Associações aceitaram o critério e indicaram os Deputados.

Quero que V. Exa. arranje uma declaração de que elas abdicaram do critério delas de que os comandos deveriam ser dados aos Prefeitos; isto não foi aceito; o Governo diz é que o comando pertence aos Deputados. Então indicaram os Deputados. Sem abrir mão do critério de ser dado ao Prefeito o comando político a Associação indicou os Deputados porque esse foi o critério aprovado. Isto não significa que elas abandonaram o seu critério. Continuam entendendo que o Comando deva ser dado ao Prefeito Municipal, apenas porque a decisão foi no sentido de prestigiar o Deputado eles cumpriram a determinação governamental e passaram a indicar os Deputados que deveriam responder por seus Municípios.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Com prazer concedo o aparte ao Deputado Gilberto Carvalho, que sempre que ocupa a Tribuna nos concede apartes.

O sr. Gilberto Carvalho — Agradeço a atenção de V. Exa. nobre Deputado eu teria de sair deste Plenário até às 5 horas, às 17 horas, mas não poderia deixar de solicitar de V. Exa. o aparte para esclarecer dois tópicos. V. Exa. observou quando o Deputado Ivo Thomazoni se referiu a ônus de Governo e V. Exa. bem está demonstrando que é mais fácil criticar do que muitas vezes realizar V. Exa. sabe conscientemente como Deputado da Oposição, sabe muito bem que o Deputado da Arena o que tem feito não é nada mais do que servir de intermediário das lideranças políticas dos Municípios. Porque este Deputado quando pede qualquer nomeação é atendendo um pedido de Prefeito, de Diretório e, só para exemplificar, quero levar ao conhecimento que, há poucos dias, realizando reunião em Município com todos os vereadores, o Prefeito e o Diretório, eu disse que estava ali para atender as reivindicações do Município e que administrativamente deveria atender ao Prefeito e politicamente ao Diretório, que representa a força política.

Mas que para facilitar o atendimento, atenderia a todos os pedidos, e politicamente ao Diretório que representava a força política. Mas que para facilitar o atendimento, atenderia a todos os pedidos do Prefeito mas tratando porque entendia significar o pensamento do Município, porque o Prefeito representa aquele pensamento. E o dia em que o Prefeito não pudesse corresponder mais à confiança dos Vereadores e do Diretório, que solicitasse uma reunião e que seu pedido fosse submetido à aprovação.

Como disse o Deputado Muggiati Filho, deve-se dar oportunidade ao Governo de adotar o critério que desejar. Acho que a forma mais justa é obedecer-se à liderança política no Município, composta de Prefeito, Diretório e Vereadores, cuja liderança é a liderança do povo.

Não poderia deixar de mencionar, com referência a Partidos políticos a que se fez menção, que na realidade pertenci ao PTB e com muita honra, desempenhando minha função com mandato de Vereador no Município de Marumbá e consta dos Anais da Casa minha atuação nos quatro anos de mandato.

Quando cheguei no Distrito fui impedido de pertencer a qualquer outra corrente política, embora votando pela primeira vez naquele Município e concordando com o pensamento político que meu pai seguia no Estado onde nasci e que não era do PTB.

Naquele Município meus adversários seguiam outra linha e recebi convite honroso para pertencer ao PTB do Senador Souza Naves e foi aí que me filiei ao PTB, sem seguir a liderança de João Goulart. No dia em que ele assumiu o Governo e vi a maneira com procedia, numa renúncia coletiva eu e meus companheiros nos afastamos e ficamos sem pertencer a qualquer Partido.

Disputei a Prefeitura por uma coligação de três partidos e era necessária uma filiação.

Quero dizer que acho que eu todos os Partidos tem homens bem intencionados. Todos os Partidos uma vez aprovados é que tem um Regimento a ser cumprido e não contrariariam nossas idéias democráticas.

Era o aparte que queria dar e agradeço a atenção. Fiquei aguardando o final do pronunciamento de V. Exa. quando ia sugerir um critério a ser adotado pelo Governo para atender as lideranças políticas, mas não houve tempo e quando esperava o prazo não ouvi o final de seu pronunciamento e a forma que está sendo resolvida, a forma de liderança política, mas não há perseguição. O caso de Nova Londrina conhecemos bem, o Prefeito venceu uma eleição, como tive a oportunidade de assistir em outros Municípios em que o Prefeito vencia a eleição, em que o povo não votava naquele Prefeito, mas votava contra o outro candidato. Talvez tenha ocorrido isto, porque aquele Prefeito não tem a Câmara Municipal, não tem o Diretório Municipal e está brigado com o Deputado mais votado de lá. Poderia trazer à Assembleia os Municípios que represento no Vale do Ivaí e que vêm dando apoio ao critério de que precisa um Deputado que represente na Assembleia Legislativa sua Comunidade.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lembra ao Deputado que só restam dois minutos.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Solicito a prorrogação regimental.

O SR. PRESIDENTE — Concedida.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — Quero dizer que, de fato este problema de pertencer a um Partido ou outro implica vários conceitos de relatividade. Quem pertenceu ao PTB e discordava de João Goulart, manifestava sua discordância. Isto não ocorre só no PTB. Veja, se perguntarmos a quem batia palmas a Haroldo Leon Peres, hoje poucos terão condições de reafirmar suas palmas e se confessarem apreciadores e seguidores de Leon Peres.

E isto acontece em todos os Partidos. É verdade, é natural. É este o raciocínio válido para o PTB, para a ARENA e será válido no correr dos tempos. Os homens erram e acertam temos que aplaudir os seus acertos e criticar os seus erros. V. Exa. ingressou no PTB pelas mãos de um grande vulto paranaense que, indiscutivelmente foi Abilón de Souza Naves, mas não vamos citar este aspecto. A falibilidade humana está presente em todos os Partidos. E nós devemos aplaudir os que acertam e criticar os que erram.

O sr. Gilberto Carvalho. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. fez menção ao nome de Haroldo Leon Peres, nós demos integral apoio a ele pelo seu passado, pelo seu trabalho como Deputado estadual e depois federal. Mas, o homem é bom até que deixe de ser. E não foi preciso que tomassemos nenhuma medida para punir Haroldo Leon Peres, porque a Revolução está aí. E se eu dei o meu apoio a ele foi por seu passado, pela sua folha de trabalho no Paraná.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Não critico V. Exa. por haver apoiado Haroldo Leon Peres, V. Exa. mereceria críticas se continuasse dando esse apoio ainda hoje. Então, isso mostra a falibilidade humana, ela nasceu com o homem e há de continuar com ele até o fim da eternidade.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Confesso que o aparte que pretendia dar estava vinculado ao que V. Exa. estava comentando naquela oportunidade. Mas, devo dizer que, ainda ontem, citou-se o nome de Haroldo Leon Peres, hoje, V. Exa. faz menção a ele. Quero confessar a V. Exa. que sou um dos maiores admiradores de Haroldo Leon Peres e não vejo porque esconder isso. Quando esta Casa funcionava no velho casarão da rua Barão do Rio Branco, assisti a grandes debates, quando estava à frente deste Estado um governo de negociações, e Haroldo Leon Peres denunciava aquelas irregularidades que se faziam no Banco do Estado, no DGTC e em outros setores da administração estadual, quando o povo era vilipendiado e, em nossa Região, massacrado. Admirava Haroldo Leon Peres pela sua combatividade e pela sua condição de parlamentar independente, homem de lutas e que jamais curvou a espinha. Ultimamente, Haroldo Leon Peres foi alvo das críticas mais violentas, pelo seu comportamento no Governo do Estado. Não estou aqui para defendê-lo, mas até hoje ninguém, na Justiça, intentou uma ação contra Haroldo Leon Peres, por qualquer deslize cometido durante os poucos meses de sua administração. Quero confessar também que não encontrei Haroldo Leon Peres, mas o dia que encontra-lo, haverei de abraçá-lo, porque ainda o tenho como amigo. Se ele errou em sua administração o fez porque quis, foi punido por isso. Hoje está no ostracismo, vilipendiado, sendo objeto dos piores comentários por parte, principalmente dos homens do MDB, não o defendo, se não tivesse errado não teria sido afastado do Governo. Como foi, não há razão para que voltemos a lembrar as atitudes do Sr. Haroldo Leon Peres. Na época era 1.º Secretário da Casa, e se não me falha a memória, apenas usei da palavra uma vez neste Plenário para defendê-lo. Ele teve algumas atitudes corretas, sendo que uma delas, justifico, foi o caso da Emenda n.º 3, à

Constituição na briga que encetou com o Poder Judiciário e que, agora foi ratificada pelo Tribunal Federal. Portanto, não vejo razão de quando se fala em Haroldo Leon Peres, olhar-se para este Deputado.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Pego desculpas se meu olhar o desagrada, mas entendo que quando V. Exa. se dirige a mim acho ser dever de cortesia de V. Exa. olhar para mim. Se V. Exa. se incomoda com isto, olharei para outro lado quando me dirigir a V. Exa.

O sr. Ivo Thomazoni — Não incomoda, tão somente guardo por Haroldo Leon Peres boas recordações, das boas lutas que encetou no Estado, lutas válidas de quanto entrou nesta Casa e na Câmara Federal. Os erros que cometeu está pagando, portanto, que viva na comodidade da bela Guanabara, porque jamais voltará a este Estado. Se formos analisar iremos nos lembrar de muitos governos que desgraçaram o Paraná e de muitos políticos que desgraçaram este País.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Agradeço, gostaria de lembrar que esta comemoração de Haroldo Leon Peres é até muito mais esporádica do que a comemoração do ex-Presidente João Goulart e de outros políticos filiados ao MDB ou antigo PTB, que foram cassados pela Revolução. Quando se fala em Haroldo Leon Peres, é sempre "se errou", no condicional, enquanto que quando se fala em alguém do MDB que foi cassado não tem o "se", diz-se errou. Admitem o caso julgado como definitivo. Há uma diferença de critérios de julgamento. Um governador que foi escolhido pela Revolução e depois por ela afastado, presume-se haver um motivo muito sério, porque não se afasta alguém de um cargo tão elevado graciosamente.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. faz críticas a Revolução apenas quando atinge companheiros de V. Exa. e, além do mais, Haroldo Leon Peres não foi cassado e não tem sequer um processo contra ele.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Então, ele foi afastado do Governo apenas porque andava mal vestido?

O sr. Ivo Thomazoni — Ele não foi afastado, ele renunciou ao cargo de Governador do Estado. Não cabe a mim julgar. Quero crer que a Revolução agiu certo. O que não acho correto é que se repise o episódio Haroldo Leon Peres como se fosse culpado até da situação dos "comandos políticos".

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Em absoluto, foi culpado dos "Descomandos".

O sr. Ivo Thomazoni — Foi a única época em que não houve "comandos políticos".

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Porque não houve tempo. É que quando se cassa um inimigo político, um adversário político, ainda se admite um motivo político mas, quando se destitui um amigo, um companheiro político, deve-se ter um motivo muito sério! E o Sr. Haroldo Leon Peres foi nomeado pelo atual Governo Federal e por ele afastado!

O sr. Ivo Thomazoni — Mas foram cassados dezenas de homens da ARENA — V. Exa. não aplaudiu isso com tanta veemência.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR — Mas que não foram nomeados!

Eu protestei, Excelência, eu protesto contra as cassações, veementemente.

Mas apenas, encerrando e voltando ao nosso assunto, o que eu quero deixar claro aqui, Excelência, quanto à moção recusada que diz respeito ao sistema de "comandos políticos", é que eu justamente não recrimino, em absoluto, o atual Governo do Estado pela instituição dos sistemas. Eu entendo que ele é prisioneiro do sistema. Qualquer Governador gostaria imensamente de se livrar desse sistema absurdo. Então, o que eu quero, justamente, é a libertação deste Governador, dar a ele sua plena liberdade, ouvir quem bem entender. Então este é o meu ponto de vista: Libertar o Governador e prestigiar os srs. Prefeitos. Esta a minha tese, Excelência, que eu resumo num período final, para que não caiba desentendimento no que diz respeito ao meu pensamento.

Libertação do Governador do Estado — prestigiamos os srs. Prefeitos Municipais e dos srs. Vereadores, mesmo porque, todos os Deputados que compõem a Bancada da ARENA e com os quais eu tenho a satisfação e o prazer de conviver há 3 longos anos nesta Casa, estou convencido disto, têm condições pessoais de sobra, para conquistar o mandato sem esse sistema de "comandos políticos". Esse sistema, na verdade, Excelência, desgasta os srs. Deputados, ele é ônus eu estou convencido disto, ele desgasta os srs. Deputados. V. Exa. eu conheço, o Deputado Quielse, todos aqueles que aqui se encontram, o Deputado Borsari, o Deputado Jacomei, o Deputado Agnaldo Pereira Lima, o Deputado Haroldo Bianchi, têm condições, com os demais com assento nesta Casa, de conseguirem o mandato sem o "Comando político". Talvez o "comando político" esteja justamente, desgastando a cada um dos srs. Deputados e esta Casa em conjunto.

Era este, Sr. Presidente, o meu pensamento.

O meu muito obrigado pela atenção. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, srs. Deputados. É-me muito desagradável ocupar a Tribuna, quando fui atingido por um Deputado que não mais se encontra presente; contudo não foi, não poderia ser uma ofensa, em partindo do nobre Deputado emedebista Domicio Scaramella, por se tratar, nas suas próprias palavras, de um particular amigo meu.

Mas como eu gostaria de comunicar à Casa de que o nobre Deputado Domicio Scaramella faltou com a verdade, eu queria que ele estivesse presente.

Faltou com a verdade por duas vezes: — quando se referiu, 1.º: A minha votação em Palmas, dizendo que eu era líder político em Palmas e que tive apenas 2 votos. Não é verdade porque eu tive 4 votos em Palmas, foi 100% a mais da sua avaliação.

2.º: Porque eu não detenho hoje o comando político de Palmas. Graças a Deus. Os nossos combativos emedebistas, estão mal informados sobre a nossa vida política, graças a Deus, e cometem erros assim tão grosseiros. Porém, eu subi à Tribuna, também, para dizer daquele episódio pelo qual eu detive por algum tempo a representação dos líderes políticos constituintes do Município de Palmas.

O Deputado mais votado, o candidato a Deputado mais votado, que obteve quase 3.000 votos em Palmas, candidato do então Prefeito da ARENA, não foi eleito; o segundo Deputado de Palmas também da ARENA — recebeu 1.000 votos, também não foi eleito; o terceiro Deputado que pertencia à 3.ª Força de Palmas, da época, teve 300 e tantos votos, que foi eleito, o Deputado Cândido Martins de Oliveira. Não era o Deputado pertinente a facções políticas do Governo, que detinha a integração dos líderes políticos daquele município, e entendeu o Governo daquele momento político, de que não devesse

entregar a representação política de um Município a um Deputado que não detivesse pelo menos setenta por cento da votação do primeiro votado, eleito ou não no Município. E naturalmente em função daqueles que o apoiavam e os apoiaram nas eleições de Deputado.

Foi o episódio pelo qual a liderança política, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, não ficou, Sr. Deputado Domicio Scaramella, não ficou Palmas com a representação política do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, mas sim com a representação política dos líderes constituídos que tinham demonstrado na mais recente eleição uma votação expressiva ao Sr. Edgar Pimentel que não foi eleito pela Arena. Então ficou detida a representação política junto ao Governo do Estado pelos líderes representados pela Câmara e pelo Diretório da ARENA. E o Prefeito que tivera na minha pessoa para felicidade minha, mais do que deles acredito, a oportunidade de trabalhar por Palmas, apenas atendendo as lideranças políticas daquele Município em sequer participando com visitas ou com manobras políticas como quis insinuar alguns dos srs. Deputados que nos antecederam. Não participei e não participei de política de Palmas, apenas fui escolhido porque todo Prefeito e todo líder político municipal deve ter seu assessoramento nesta Casa de Leis, porque aqui é o Poder político porque aqui deve haver o vínculo desta Casa e deste Poder com os políticos do Poder Legislativo Municipal e Executivo Municipal. Servi apenas de vínculo político de Palmas. Não detive comandos como não tenho hoje para informar melhor ao Deputado Domicio Scaramella. Não sou representante político de Palmas, hoje, para contrariar as suas afirmativas.

O sr. Domicio Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pedi o aparte a V. Exa. porque eu estava ausente. Não me lembro se V. Exa. disse que são dois, três ou quatro votos. Eu apenas queria que V. Exa. fizesse a fineza de nos informar. Mas quero dizer a V. Exa. que não vai aqui qualquer demérito da sua representação nesta Casa de ter três ou quatro votos. Para nós é até motivo de orgulho ter V. Exa. como líder do comando político de Palmas. Citamos isso só para exemplo dos comandos políticos, porque acho que nós não devemos procurar entrar na seara alheia da ARENA, já que a ARENA tem o comando político, é um direito que assiste, as eleições vêm aí em 74. — E depois então vamos lutar para ver quais os resultados do comando político. Quero lembrar a V. Exa., V. Exa. enumerou os Srs. Deputados que deram votos, primeiro, segundo e terceiro. Não tem dúvidas, nós acompanhamos bem a política de Palmas, estou sempre lá. Haja visto que amanhã estarei lá. Só quero lembrar a V. Exa., não vai qualquer demérito não a V. Exa. nem ao ex-Prefeito de Palmas que, aliás, sempre tem nos respeitado em nossas regiões onde representávamos. V. Exa., com o comando político, tem alguma parcela de votos e também tem V. Exa. outro motivo que só quero lembrar a V. Exa. No Município de Sabáudia, também V. Exa. teve uma meia dúzia de votos ou dez votos, se não me engano. Mas só tenho que louvar a atitude de V. Exa. de aceitar os comandos políticos. E não vai a atitude dos políticos deste Município entregar o comando político a uma pessoa da personalidade de V. Exa. e de ação política como V. Exa. tem. Mas quero lembrar que o seu Prefeito e o seu líder, entregaram o comando político, e lá perderam as eleições para um outro candidato da ARENA. Portanto, não temos comandos políticos, só citei, não vai maldade nenhuma, eu não sei se é só isso, se V. Exa. teve dois ou três votos não me lembro. Só queria que V. Exa. dissesse quantos votos teve naquela Região. Não vai demérito algum nesta parte. V. Exa. representou Palmas, inclusive V. Exa. está explicando que não mais representa Palmas. Mas representou com grande prestígio com grande trabalho. Eu sempre respeitei V. Exa. Lamento que V. Exa. não seja mais o representante de Palmas para em 74 nós debatermos nas urnas novamente dentro da minha humildade.

O SR. QUIELISE CRISÓSTOMO — Agradeço as referências dos nobres Deputados e particularmente do Deputado Domicio Scaramella, em ter chamado de deputado. Acredito que as palavras não poderiam ser outras. As lutas entre a ARENA e MDB, tanto em Palmas como em Sabáudia têm sido cordiais. Contudo, quero apenas rememorando o episódio que nos trouxe à Tribuna, que é o tratamento na tarde de hoje, sobre os critérios de lideranças de comando político, de que naturalmente nem todos podem ser agradados, podem ser agraciados; mas, desde que estipulado um tipo de representação, nos Municípios arenistas ou emedebistas, — não fui eu que propuz, nem fui eu quem aprovou os critérios que foram adotados nos governos anteriores e no atual. Quero, em assomando esta Tribuna, proferir, agora já com mais experiência e vivência no sistema atual de comando político deste Governo, de que pelo que me consta e que tenho notícias, este é o critério mais coerente, que se enquadra até mesmo nas pretensões da Arena, dos Deputados emedebistas que por aqui desfilarão nesta tarde, dizendo que os Prefeitos e Vereadores devem ser representados e devem ser ouvidos. Creio e testemunho de que este Governo também apoia e apoiou no critério por ele adotado e que as dificuldades para documentar quando o comando político atualmente tem sido motivo de grande trabalho por parte dos Parlamentares, que têm que voltar às suas bases políticas, consultar o momento político atual. Motivo pelo qual o Sr. Deputado Domicio Scaramella poderá estranhar que Palmas, apesar do Prefeito da Arena ter vencido as eleições, não pode deter o comando político para ele, embora não esteja comigo também; porque o momento histórico-político daquele Município testemunhou que se ele ganhou há cerca de 5 ou 6 meses ou um ano atrás, ele não detém hoje mais a liderança política do Município.

Então, estes documentos que foram trazidos recentemente com data de 2 ou 3 dias ou mais, para o Governo, para que decida qual a fotografia das lideranças políticas do Município em que estão ouvindo os Vereadores, todos os membros do Diretório, com seu peso, e evidentemente o Sr. Prefeito e os dois Deputados, aquele que acompanhou as lides políticas e venceu na sua sublegenda e aquele que foi o mais votado na legenda anteriormente, mantendo naturalmente o seu nome, como o Deputado mais votado mas não conseguindo deter para si a liderança do Município.

Este testemunho era de que não é mais o Deputado mais votado que detém para si, durante toda sua gestão, nos 4 anos, ignorando-se os episódios mais recentes da política arenista, que detivessem contra a vontade muitas vezes do Prefeito, dos Vereadores e até mesmo da liderança política da Arena.

A exemplo da representação partidária da Arena, como em muitos Municípios, o Deputado mais votado está junto com o Prefeito e não está com a liderança política, porque na distribuição dos pesos pelos quais concordamos, de valor ímpar, em número de 5, quem não tiver 3, não leva o comando político.

É um trabalho e é uma fotografia da situação política do Estado e que naturalmente nós nos submetemos a testar hoje a nossa liderança política em cada Município. E aí vai o testemunho da contribuição do Governador do Estado Emílio Gomes, que não quis estipular o critério; que pela primeira vez, na história política do Paraná, nem mesmo o próprio Secretário do Interior e Justiça, não quis ele sugerir o critério que sempre acompanhou nos Governos paranaenses em que o Governador ou o Secretário do Interior e Jus-

tiça, escutando e juntando os dados, levava o plano político para o esquema de comando para o Governo. Neste, nem isto tentou ou que nem só o Governador e nem só o Secretário do Interior e Justiça está decidindo sobre os critérios e sobre os destinos da evolução da situação da aprovação, da situação política imediata da Arena em cada Município. Motivo pelo qual quero congratular-me em parte com as palavras e quero crer que os nobres Deputados do MDB estão, a seu modo, congratulando-se com o Governo do Estado do Paraná que hoje está testando em cada momento as forças políticas para que um grupo de três representações políticas expressivas, nesse estado, o Presidente da Arena Regional, Senador Acioli Filho; o Presidente da Assembleia Legislativa que representa o Poder Político e o Secretário político do Executivo Estadual que entre si trocam idéias e hoje mesmo recebemos na Casa, pela primeira vez na história política do Paraná, pelo que sei, a visita do Secretário do Interior e Justiça que se submeteu corajosamente ao teste e ao crivo, frente à frente com os Deputados.

Não sei se é do conhecimento dos Deputados emedebistas que o Secretário do Interior e Justiça passou hoje na fotografia ocular de todos os Parlamentares desta Casa submetendo-se a todas as sugestões para ver onde o critério está sendo válido e onde podemos ser melhor assessorados para que o Governo tenha melhor penetração nos Municípios e os Municípios tenham a satisfação de serem bem representados.

Que critério seria o mais justo e imediato para que a representação das forças políticas do Município sejam as mais imediatas e quotidianas.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, quarta-feira, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 4.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190-73.
- 3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 216-72 89-73 e 144-73.
- 2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 165-73 e 167-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA ATA DA 6.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três reuniu-se a Comissão de Instrução Pública na Sala das Comissões com a presença dos senhores Deputados: — Antonio Lopes Júnior, Rosário Pitelli e Olavo Ferreira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: — PROJETO DE LEI N.º 18-73 — de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que denomina Cândido Derthiers Fortes, o Ginásio Estadual da sede do Município de Marilena. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 112-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinatti, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Educação e Cultura, padronizar uniformes usados nas escolas públicas da rede estadual de ensino e dá outras providências. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável com emenda substitutiva. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça ex-Proposição n.º 99-73 que aprova convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os órgãos que especifica. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

- a) Dep. Antonio Lopes Júnior — Presidente
- a) Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reunião da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com convocação feita pelo Senhor Presidente, no dia vinte e nove do mês em curso. Presidentes os Senhores Deputados Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, Presidente, Ivo Thomazoni, Erondy Silvério, Paulo Camargo, Quielise Crisóstomo da Silva e Igo Iwant Losso. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, com os seguintes Projetos de Lei: 1) — PROJETO DE LEI N.º 188-73, de autoria do Senhor Deputado Aryzone Araújo. Cria o Município de Nova Prata, desmembrado do Município de Salto do Lontra, com sede e divisas que especifica. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 211-73, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Cria o Departamento Médico-Odontológico desta Assembleia, e dá outras providências. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer no sentido de que o mesmo seja desmembrado em Projeto de Resolução e Projeto de Lei. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 218-73, de autoria do Senhor Deputado Odilon Reinhardt. Autoriza o Poder Executivo elevar os proventos de inatividade de Tereza Klanchmidt, Professor Primário da Escola Isolada da Granja, Município da Lapa. Relator: Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 220-73, de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva. Denomina Grupo Escolar Odele Borges Botelho, o atual Grupo Escolar de Pitangueiras, Município de Rolândia. Relator Deputado Wilson Fortes. Aprovado o parecer favorável. 5) — PROJETO DE LEI N.º 229-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinatti. Concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor David Antônio da Silva Carneiro. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 230-73, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Dispõe sobre anistia de multas à Fazenda Estadual. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 233-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 87-73, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para contrair empréstimos com a Caixa Econômica Federal, no valor de Cr\$ 60.000.000,00, para serem aplicados na Sanepar. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 241-73, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Denomina Colégio Estadual Manoel Ribas, o atual

Colégio Estadual do Paraná. Relator o Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Parecer contrário. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 242-73, de autoria do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico Arnaldo Moura. Relator o Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 244-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 86-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a inclusão em futuros orçamentos dos recursos orçamentários que especifica. (Fundação Instituto Agrônomico do Paraná). Relator o Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 249-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 94-73, encaminhando anteprojeto de lei que solicita autorização para contrair empréstimos, dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraiados pela Companhia de Habitação do Paraná — Cohapar ou pelos órgãos da administração direta ou indireta, Bancos ou Sociedades de Economia Mista, conforme especifica. Relator o Senhor Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 62-73, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Propõe novo Regimento Interno para a Assembléia Legislativa do Estado. Relator Deputado Igo Iwant Losso. Parecer no sentido de que seja criada uma Comissão Especial para Estudo da Reforma do Regimento Interno. Aprovado o parecer e encaminhado à Mesa Executiva. 12) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 67-73, de autoria dos Senhores Deputados Osvaldo Santos Lima e Ivo Thomazoni. Estabelece normas regimentais para escolha dos Delegados da Assembléia Legislativa e suplentes, ao Colégio Eleitoral, que elegerá o Presidente da República. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 13) — PROPOSIÇÃO N.º 204-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 71-73, encaminhando cópias dos convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Campo Largo, Engenheiro Beltrão, Fenix, Janiópolis, Mandirituba, Palotina, Quitandinha e Santa Helena, para fornecer equipamentos às Delegacias de Polícia locais. Relator o Senhor Deputado Erandy Silvério. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 221-73 e 242-73, todos concluindo que os VETOS estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. O Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, solicita ao Senhor Deputado Paulo Camargo que assuma a Presidência da reunião, a fim de que possa reatar o PROJETO DE LEI N.º 248-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 89-73, encaminhando anteprojeto de lei que visa regular a norma constitucional constante do artigo 148, da Constituição Estadual. Parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, por todos os membros da Comissão na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 10.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Reuniões, às 14,30 (quatorze e trinta) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse C. da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados João C. Fadel, Antonio Lopes Junior, Alvaro Dias e Gilberto Carvalho. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: — PROJETO DE LEI N.º 108-73 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que dá nova redação ao artigo 17 e parágrafos 1.º e 2.º, da Lei nº 6.212, de 1-8-71 e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer contrário — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 209-73 — de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, que isenta da contribuição mensal ao Instituto de Previdência do Estado, servidores públicos inativos, civis, militares e autárquicos, assegurando-se-lhes os benefícios previdenciários e assistenciais. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 210-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, que declara de utilidade pública a "Obra Social Dom Camilo", com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 215-73 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Salto do Itararé, um veículo marca "Willys", com características que especifica, pertencente a Secretaria de Agricultura. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 221-73 — de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que institui gratificação especial de 40% (quarenta por cento) sobre os respectivos vencimentos aos servidores que operam com Raio "X" e substâncias radioativas. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 222-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 82-73 encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para anuir a cessão de 38.460.02 m2 de área de terras que a União pretende fazer à Fundação Santo Antonio e Associação das Damas de Caridade do Município de Campo Largo, destinada a construção do "Lar dos Velhinhos Desamparados". Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quielse C. da Silva — Presidente
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária